

PORTARIA CONJUNTA Nº 63-TJ, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2018.

Estabelece modelos de listas de verificação, como ferramentas auxiliares de controles compensatórios, transparência e eficiência, padronizando procedimentos relativos às normas licitatórias.

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE e o SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições constantes da Resolução nº 13-TJ, de 11 de abril de 2018,

CONSIDERANDO o Ofício nº 0288963-SG, da lavra da Secretaria Geral do Conselho Nacional de Justiça, encaminhando cópia do Acórdão 2328/2015-TCU, para conhecimento e eventuais providências no que concerne às recomendações dos seus itens 9.3.1 e 9.3.2, voltadas para elaboração e utilização de “listas de verificação para atuação das consultorias jurídicas na fase interna da licitação”, dando ensejo à instauração do Processo Administrativo nº 01091/2017/TJ;

CONSIDERANDO que o estabelecimento de modelos de listas de verificação aplicáveis sobre procedimentos licitatórios, sob a ótica das normas que lhes são pertinentes, devidamente atualizadas, inclusive pelas regras contidas no Decreto Federal nº 9.412/2018 e na Resolução nº 15/2018-TJ, representa profícua ferramenta auxiliar de controle compensatório, contribuindo para a transparência, eficiência, diminuição de riscos e aumento na produtividade dos feitos desta natureza;

CONSIDERANDO, por fim, que as listas de verificação se constituem em diretriz organizada de extrema valia a subsidiar os servidores deste Tribunal de Justiça que atuam em contratações públicas, viabilizando de forma racional e eficiente a contratação que se pretende realizar, bem como respaldando o gestor quanto à regular instrução das demandas administrativas advindas dos regramentos licitatórios,

RESOLVEM:

Art. 1º Determinar que toda unidade administrativa do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte integrante do fluxo de processos fundados em normas licitatórias passe a utilizar as listas de verificação (check-lists) constantes dos Anexos desta Portaria, naquilo que for compatível.

§ 1º Quando da utilização das referidas listas, a atuação de cada unidade administrativa responsável deverá se restringir ao cotejamento dos pontos de verificação que ainda não tenham sido anteriormente considerados.

§ 2º Competirá exclusivamente à Assessoria Jurídica – AJ, no momento de sua atuação na fase interna da licitação, fazer juntada aos autos do processo licitatório pertinente das listas de verificação efetivamente aplicadas.

§ 3º As listas de verificação efetivamente utilizadas constituem-se como instrumentos de eficiência, transparência e controle compensatório, podendo ser adequadas pela unidade responsável, desde que respeitados os elementos mínimos que as compõem e a legislação em vigor.

§ 4º Com vistas a possibilitar a adequada utilização das listas de verificação, competirá ao TJ/RN disponibilizá-las em local apropriado e de fácil acesso no seu sítio eletrônico mantido na intranet.

Art. 2º Eventual ponto de verificação que se apresente em desconformidade com qualquer das listas utilizada deverá ser objeto de correção, carecendo, no caso contrário, vir acompanhado da devida justificativa.

Art. 3º Circunstâncias eventualmente não previstas ou a própria ausência da lista de verificação nos autos não conduz à desaprovação das minutas, “ex vi” da obrigação contida no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

Art. 4º O disposto nesta Portaria não se aplica aos processos administrativos já iniciados, autuados ou registrados até a data de sua entrada em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

LUIZ MARIZ DE ARAÚJO FILHO  
Secretário-Geral

FRANCISCO NASCIMENTO DE SOUSA  
Secretário de Controle Interno

**LISTA DE VERIFICAÇÃO 1 – CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_\_

ITEM	QUESTIONÁRIO	BASE LEGAL	SIM NÃO N/A	FOLHA
1	O processo administrativo foi devidamente autuado?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 38, caput e suas alterações;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 15, I e seguintes;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
2	Consta a solicitação/requisição da alienação, da compra, serviço ou obra, elaborada pelo agente ou setor competente?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acórdão nº 254/2004- TCU 2ª Turma;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, I;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
3	Há justificativa fundamentada dos quantitativos (bens/serviços) requisitados, tais como demonstrativo de consumo dos exercícios anteriores, relatórios do almoxarifado e/ou outros dados objetivos que demonstrem o dimensionamento adequado da aquisição/contratação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, I;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
4	A Unidade demandante justificou a necessidade do objeto da contratação direta?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 26, parágrafo único, II e III e suas alterações;</li> <li>• Lei nº 9.784/99, art. 2º, parágrafo único, VII;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, I;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
5	A justificativa contempla a caracterização da situação de dispensa prevista nos artigos 17 e 24 da Lei nº 8.666/93 ou de inexigibilidade de licitação prevista no art. 25 da Lei nº 8.666/93, com os elementos necessários à respectiva configuração?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 26, caput e parágrafo único, I e suas alterações;</li> <li>• Decreto nº 9.412/2018;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, VI, "b";</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
6	Sendo uma contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de cursos de atualização, capacitação e/ou desenvolvimento, consta nos autos o questionário de caracterização do pedido respondido pelo autor do pedido?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questionário nº 1, de caracterização do pedido respondido pelo autor do pedido, elaborado pelo CNJ para contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de cursos de atualização, capacitação e/ou desenvolvimento.</li> </ul>		
7	Sendo uma contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de cursos			

	de atualização, capacitação e/ou desenvolvimento, consta nos autos o questionário respondido pela unidade de atuação instrutora?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Questionário nº 2, de caracterização do pedido respondido pela unidade de atuação instrutora, elaborado pelo CNJ para contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de cursos de atualização, capacitação e/ou desenvolvimento.</u></li> </ul>	
8	O ordenador de despesa ratificou a necessidade da contratação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 26, caput e suas alterações;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, VI, "b", item 4;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
9	Existe parecer técnico ou jurídico apto a justificar e/ou configurar a hipótese legal de contratação direta aplicável ao caso concreto?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 38, VI e suas alterações;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, inciso VI, alínea b, item 7;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
10	No caso de aquisição de bens, consta documento contendo as especificações e a quantidade estimada do objeto, observada as demais diretrizes do art. 15 da Lei nº 8.666/93?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 15 e suas alterações;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
11	Os autos mencionam o ato caracterizador da situação emergencial ou calamitosa, ou quando for o caso, ato governamental de decretação da situação emergencial ou calamitosa, <b>quando se tratar de dispensa fundamentada no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 24, IV e suas alterações;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, VI, "b" item 8.</li> </ul>	
12	Existe declaração de exclusividade expedida pela entidade competente, <b>no caso de inexigibilidade de licitação do inciso I do art. 25 da Lei nº 8.666/93?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 25, I e suas alterações;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, VI, "b" item 9;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
13	A administração averiguou a veracidade do atestado de exclusividade apresentado nos termos do inciso I do art. 25 da Lei nº 8.666/93?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 25, I e suas alterações;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, VI, "b" item 9;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
14	Existe documentação de notória especialidade do contratado, obedecida a definição do §1º do art. 25 da Lei nº 8.666/93 quando se tratar <b>de inexigibilidade de licitação fundamentada no inciso II do citado artigo?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, § 1º, art. 25 e suas alterações;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, inciso VI, "b", item 10.</li> </ul>	
15	Existe documentação comprobatória da consagração do contratado por parte da crítica especializada ou da opinião pública, quando se tratar de	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, inciso III, art. 25 e suas alterações;</li> </ul>	

	<b>inexigibilidade de licitação fundamentada no inciso III do art. 25 da Lei nº 8.666/93?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art.16, inciso VI, "b", item 11.</li> </ul>	
16	Em se tratando de contratação de obra ou serviço, há projeto básico?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/93 art. 6º, IX e art. 7º, §§ 2º e 9º, e suas alterações;</li> <li>Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art.16, I, item 1;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
17	No caso do item anterior, consta a aprovação motivada do projeto básico pela autoridade competente?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei 8.666/93, art. 7º, § 2º, I e suas alterações;</li> <li>Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art.16, I, "b", item 1.</li> </ul>	
18	Para contratação de obras ou serviços, foi elaborado, se for o caso, o projeto executivo, ou autorizado que seja realizado concomitante com a sua execução?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/93, art. 6º, X e art. 7º, II e §§1º e 9º e suas alterações;</li> <li>Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art.16, VIII, "a";</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
19	Em sendo objeto da contratação direta, obra ou serviço, existe orçamento detalhado em planilhas que expresse a composição de todos os seus custos unitários baseado em pesquisa de preços praticados no mercado do ramo do objeto da contratação, assim como a respectiva pesquisa de preços realizada?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/93, art. 7º, § 2º, II, c/c art. 40, § 2º, II, e o art. 43, IV e suas alterações;</li> <li>IN/SLTI nº 05/2014, alterada pela IN/SLTI nº 03/2017;</li> <li>Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, VIII, "b";</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
20	No caso de compra de bens, foi realizada pesquisa de preços e elaborado Mapa Comparativo?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/93, art.15, III, e suas alterações;</li> <li>Portaria CNJ DG nº 283/2014;</li> <li>Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art.16, II;</li> <li>IN nº 05/2014 e suas alterações posteriores (ver IN nº 03/2017);</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
21	A Unidade demandante avaliou o Mapa Comparativo de Preços e atestou a compatibilidade do preço cotado com aquele praticado no mercado do ramo do objeto a ser contratado?	<ul style="list-style-type: none"> <li>IN/SLTI nº 05/2014 e suas alterações (ver IN/SLTI nº 03/2017);</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
22	A obtenção de menos de três propostas de potenciais fornecedores (diferentes entre si) e/ou a formação de mapa comparativo com os preços propostos por menos de três potenciais fornecedores (diferentes entre si) está devidamente justificada?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Portaria CNJ DG nº 283/2014;</li> <li>IN/SLTI nº 05/2014, art. 2º, §6º e suas alterações (ver IN/SLTI nº 03/2017);</li> <li>Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, §1º;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
23	Existe justificativa quanto à aceitação do preço ofertado pela futura	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/93, art. 26, III;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	

	contratada?			
24	Para as contratações de serviços de que tratam a IN nº 05/2017, foram observados, as fases dos procedimentos da contratação (Planejamento da Contratação, Seleção do Fornecedor e Gestão do Contrato), no que couber?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2017, art. 19, caput;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
25	Na fase de Planejamento da contratação constam as seguintes etapas: Estudos Preliminares, Gerenciamento de Riscos e Termo de Referência ou Projeto Básico?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2017, arts. 20 a 32, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
26	Na fase de Seleção do Fornecedor, para contratação de serviços, constam: Ato Convocatório, Parecer Jurídico, Adjudicação e Homologação e publicação dos contratos?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2017, arts. 33 a 38, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
27	Na fase da Gestão do Contrato, para contratação de serviços, têm-se: <ul style="list-style-type: none"> <li>• indicação e designação do Gestor, Fiscais e seus substitutos do Contrato; e</li> <li>• acompanhamento e fiscalização dos Contratos pelos Gestor/Fiscais/Substitutos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2017, arts. 39 a 67, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
28	Foram indicadas as razões de escolha do adquirente do bem, do executante da obra, do prestador do serviço ou do fornecedor do bem?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 26. II e suas alterações;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
29	Existe nos autos a declaração de parentesco?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 07/2005 – CNJ, §3º, inciso VI.</li> </ul>		
30	A minuta do Edital contém a exigência da declaração de não utilização de mão de obra infantil?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constituição Federal, art. 7º, inciso XXXIII;</li> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 27, V e suas alterações.</li> </ul>		
31	Existe comprovação da publicação na imprensa oficial - Diário da Justiça Eletrônico – Dje, do ato de dispensa ou inexigibilidade nos casos previstos no caput do art. 26 da Lei Nacional nº 8.666/93?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 26, caput e suas alterações;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, VI, “b”, item 5.</li> </ul>		
31	Em face do valor do objeto, as participantes são microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• LC nº 123/06, art. 47, 48, I, e 49, IV;</li> <li>• Decreto nº 8.538/2015, art. 6º;</li> <li>• Lei nº 11.488/07, art. 34;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
32	Incidem uma das exceções previstas no art. 10 do Decreto nº 8.538/15, devidamente justificadas, a afastar a exclusividade?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto nº 8.538/2015, art. 10;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		

33	Foram observadas normas que dispõem sobre a margem de preferência?		<ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto nº 7.546/2011;</li> <li>Decreto nº 8.538/2015;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>						
34	Há previsão de recursos orçamentários, com indicação das respectivas rubricas?		<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/93, art. 7º, §2º, III, e arts. 14, 38, caput;</li> <li>Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, III;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>						
35	Os autos contêm documento com a estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa? (quando necessário).		<ul style="list-style-type: none"> <li>LC nº101/2000, art. 16, inciso I;</li> <li>Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, V, "a";</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>						
36	Os autos contêm a declaração, prestada pelo ordenador de despesa, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias?		<ul style="list-style-type: none"> <li>LC nº 101/2000, art. 16, inciso II;</li> <li>Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, V, "b";</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>						
37	Constam dos autos documentos que comprovem a regularidade da futura contratada junto às Fazendas Públicas, INSS, FGTS, Justiça do Trabalho, bem como foi acolhida, quando couber, declaração de cumprimento aos termos da Lei nº 9.854/99?		<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 9.854/99;</li> <li>Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, XV;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>						
38	Foram consultados SICAF, lista de inidôneos do TCU e verificada eventual proibição para contratar com a Administração?		<ul style="list-style-type: none"> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>						
39	A contratação direta foi autorizada motivadamente pela autoridade competente?		<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/93, art. 26;</li> <li>Lei nº 9.784/99, art. 50, IV;</li> <li>Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, VI, "b", item 4;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>						
40	Consta termo de autorização de dispensa ou termo de declaração de inexigibilidade, expedido pela autoridade competente?		<ul style="list-style-type: none"> <li>Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, VI, "b", item 3.</li> </ul>						
41	Foi juntada a minuta do termo de contrato, ou OS/AC? A não juntada da minuta do termo de contrato foi justificada?		<ul style="list-style-type: none"> <li>Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, VI, "b", item 1 e inciso IX;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>						
42	Consta no instrumento convocatório, quando couber: plano, metodologia, instrumentos, condições e prazos para o exercício da		<ul style="list-style-type: none"> <li>Resolução nº 032/2016 – TCE/RN;</li> <li>Resolução nº 15-TJ, de 09 de maio de 2018.</li> </ul>						

	fiscalização e certificação da prestação contratada, principalmente com referência à estipulação de prazo para a liquidação da despesa e à definição acerca da unidade deste Tribunal, detentora da responsabilidade pelo atesto?			
43	Consta na "ordem de compra" ou a "ordem de execução de serviços", em substituição ao instrumento contratual, quando couber: a nomeação acerca da unidade desta Corte de Justiça, detentora da responsabilidade pelo atesto?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 032/2016 – TCE/RN;</li> <li>• Resolução nº 15-TJ, de 09 de maio de 2018.</li> </ul>		
44	Consta em cláusula de cada "termo de contrato" ou, quando da sua substituição legal, em campo da "ordem de compra" ou "ordem de execução de serviços" a identificação acerca do setor ou da(s) pessoa(s) com competência para o recebimento e protocolamento da solicitação de cobrança, quando da sua apresentação por parte do credor?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 032/2016 – TCE/RN;</li> <li>• Resolução nº 15-TJ, de 09 de maio de 2018.</li> </ul>		
45	Consta nota de empenho prévio?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 4.320/1964, art. 60;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, X.</li> </ul>		
46	A nota de empenho contém todas as informações exigidas nos arts. 55 e 62 da Lei nº 8.666/93?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, arts. 55 e 62 e suas alterações;</li> <li>• Lei nº 4.320/64, art. 61.</li> </ul>		
47	A nota de empenho informa o fundamento da dispensa ou da inexigibilidade da licitação, bem como o número do recibo que comprova o envio de dados e documentos ao TCE/RN (anexo 38 do SIAI)?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 4.320/64, art. 61;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, XI.</li> </ul>		
48	Consta comprovante de envio de dados e documentos ao TCE/RN por meio do anexo 38 do SIAI?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, XI.</li> </ul>		
49	Consta a primeira via da Nota Fiscal de serviço ou mercadorias em conformidade com as regras vigentes, ou DANFE- Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica quando se tratar de nota fiscal eletrônica?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, XII.</li> </ul>		
50	No caso de constar DANFE nos autos, foi anexada a declaração de validade e autenticidade da nota fiscal eletrônica?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, XIII;</li> <li>• Ajuste SINIEF 07/2005.</li> </ul>		

51	O recebimento do bem ou serviço foi efetuado pela unidade competente, preferencialmente pelo fiscal de contrato indicado no momento da elaboração do termo de referência (atesto)?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 15, § 8º, art.73 e art.74 e suas alterações;</li> <li>• Lei nº 4.320/64, art. 63;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, XIV;</li> <li>• Resolução nº 15-TJ, de 09 de maio de 2018.</li> </ul>	
52	Consta nota de liquidação da despesa contendo a informação da data de recebimento e quem atestou? Em razão da Resolução nº 032/2016-TCE/RN (cumprimento da ordem cronológica) e da Resolução nº 15/2018-TJ.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 4.320/64, art. 63;</li> <li>• Resolução nº 032/2016 – TCE/RN;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, XVI;</li> <li>• Resolução nº 15-TJ, de 09 de maio de 2018.</li> </ul>	
53	Consta nota de pagamento, ordem bancária e a listagem de pagamentos extraída diretamente do SOFC?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 4.320/64, arts. 62, 64 e 65;</li> <li>• Lei nº 4.041/1971, art. 36;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN – TCE/RN, art. 16, XVII, XVIII.</li> </ul>	
54	Consta recibo ou documento comprobatório do efetivo pagamento da despesa?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN – TCE/RN, art. 16, XIX.</li> </ul>	
55	Consta registro no sistema orçamentário, financeiro e contábil do ato da fase da despesa “em liquidação”, quando não houver qualquer pendência ou irregularidade relativamente a determinada documentação objeto de verificação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 032/2016 – TCE/RN;</li> <li>• Resolução nº 15-TJ, de 09 de maio de 2018.</li> </ul>	
56	O pagamento relativo a despesa cumpriu a ordem cronológica das datas de suas exigibilidades (datas do atesto), considerando por fonte diferenciada de recursos?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 032/2016 – TCE/RN;</li> <li>• Resolução nº 15-TJ, de 09 de maio de 2018.</li> </ul>	
57	Quando se tratar de aquisição de material permanente, foi realizado o tombamento antes do pagamento?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN – TCE/RN, art. 16, XXI.</li> </ul>	

LEGENDA: N/A- Não se Aplica;

\*Lista de verificação - para contratação direta (Dispensa ou Inexigibilidade), produzida pelo CNJ em atendimento as recomendações do TCU – Acórdãos nº 2.471/2008 e nº 2.328/2015-P.



**LISTA de VERIFICAÇÃO 2 – MINUTA de CONTRATO (Dispensa e Inexigibilidade de Licitação)**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_\_

ITEM	QUESTIONÁRIO	BASE LEGAL	SIM NÃO N/A	FOLHA(S)
1	A minuta do contrato e/ou instrumento equivalente contém a descrição do objeto de contratação e de seus elementos característicos?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/1993, art. 55, I e XI e suas alterações;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
2	Consta na minuta do contrato e/ou instrumento equivalente vinculação ao termo autorizativo da dispensa ou ao declaratório da inexigibilidade?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/1993, arts. 54, § 2º, e 55, XI e suas alterações;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
3	A minuta do contrato e/ou instrumento equivalente estabelece prazo razoável para início e conclusão (vigência) da sua execução ou da entrega do objeto, prevendo, inclusive a possibilidade de eventuais prorrogações, quando couber?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/1993, art. 55, IV e 57 e suas alterações;</li> <li>IN nº 05/2017, anexo IX, no que couber;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
4	A minuta do contrato e/ou instrumento equivalente contém descrição dos prazos e modos para fornecimento de bens e/ou prestação dos serviços?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/1993, art. 55, II e IV e suas alterações;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
5	A minuta do contrato e/ou instrumento equivalente indica a dotação orçamentária pela qual correrá a despesa?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/1993, art. 55, V e suas alterações;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
6	Consta na minuta do contrato o estabelecimento de plano, metodologia, instrumentos, condições e prazos para o exercício da fiscalização e certificação da prestação contratada, principalmente com referência à estipulação de prazo para a liquidação da despesa e à definição acerca da unidade deste Tribunal, detentora da responsabilidade pelo atesto?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resolução nº 032/2016 – TCE/RN;</li> <li>Resolução nº 15/2018-TJ, art. 3º, I.</li> </ul>		
7	Consta na "ordem de compra" ou "ordem de execução de serviços", quando em substituição ao instrumento contratual, o prazo para a liquidação da despesa e a nomeação acerca da unidade do TJ/RN detentora da responsabilidade pelo atesto?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resolução nº 032/2016 – TCE/RN;</li> <li>Resolução nº 15/2018-TJ, art. 3º, II.</li> </ul>		

8	Consta em cláusula da minuta do contrato ou, quando da sua substituição legal, em campo da "ordem de compra" ou "ordem de execução de serviços" a identificação acerca do setor ou da(s) pessoa(s) com competência para o recebimento e protocolamento da solicitação de cobrança, quando da sua apresentação por parte do credor?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 032/2016 – TCE/RN;</li> <li>• Resolução nº 15/2018-TJ, art. 3º, III.</li> </ul>		
9	A minuta do contrato e/ou instrumento equivalente estabelece, quando for o caso, a segregação entre o recebimento provisório e o definitivo?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/1993, art. 55, IV e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, art. 40, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
10	Consta da minuta do contrato ou, quando da sua substituição legal, da "ordem de compra" ou "ordem de execução de serviços" a obrigatoriedade de cumprimento do pagamento da despesa em conformidade com a ordem cronológica das datas de suas exigibilidades (datas do atesto), considerada por fonte diferenciada de recursos?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 032/2016 – TCE/RN;</li> <li>• Resolução nº 15-TJ, de 09 de maio de 2018.</li> </ul>		
11	A minuta do contrato e/ou instrumento equivalente contém o preço e as condições de pagamento?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/1993, art. 55, III e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, arts. 49 e 50, Anexo XI, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
12	A minuta do contrato e/ou instrumento equivalente contém os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/1993, art. 55, III e suas alterações;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
13	A minuta do contrato contém cláusula com previsão de reajuste e/ou repactuação de preços?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/1993, art. 55, III e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, arts. 53 a 61 e anexo VII-F, item 2, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
14	A minuta do contrato e/ou instrumento equivalente contém descrição dos direitos e das responsabilidades das partes?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/1993, art. 55, VII e suas alterações;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
15	A minuta do contrato e/ou instrumento equivalente contém a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/1993, art. 55, XIII e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VIII-B, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		

16	A minuta do contrato e/ou instrumento equivalente contém descrição das sanções administrativas aplicáveis aos contratados que incorrerem em inadimplemento e dos valores das multas?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/1993, art. 55, VII e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-F, item 4, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
17	A minuta do contrato contém cláusula com previsão para os casos de rescisão contratual e os direitos da Administração na hipótese disso ocorrer?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/1993, art. 55, VII, VIII e IX e suas alterações;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
18	A minuta do contrato indica que o objeto poderá sofrer acréscimos ou supressões nos limites estabelecidos em lei?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/1993, art. 65 e suas alterações;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
19	A minuta do contrato contém norma estabelecendo, para a contratada, a obrigação de devolver valores eventualmente recebidos em excesso?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Código Civil – Lei nº 10.406/2002, art.876;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
20	A minuta do contrato contém requisitos de qualidade que viabilizem a vinculação da remuneração com os resultados, em conformidade com a IN nº 05/2017, anexo VIII-A, item 1, no que couber?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2017, anexo VIII-A, item 1, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
21	A minuta do contrato e/ou instrumento equivalente contém item estabelecendo a obrigação de prestar garantia de execução do contrato nos moldes do art. 56 da Lei 8.666/93, quando cabível?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/1993, art. 55, VI e art. 56 e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-F, item 3, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
22	A minuta do Edital contém a exigência da declaração de parentesco?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 07/2005 – CNJ, §3º, inciso VI.</li> </ul>	
23	A minuta do Edital contém a exigência da declaração de não utilização de mão de obra infantil?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constituição Federal, art. 7º, inciso XXXIII;</li> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 27, V e suas alterações.</li> </ul>	

**LEGENDA:** N/A – Não se Aplica.

\* Lista de verificação para análise da minuta de contrato, produzida pelo CNJ em atendimento a recomendações do TCU (Acórdãos nº 2.471/2008 e nº 2.328/2015-P).

**LISTA DE VERIFICAÇÃO 3 – ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_\_

ITEM	QUESTIONÁRIO	BASE LEGAL	SIM NÃO N/A	FOLHA
<b>ANÁLISE PRÉVIA</b>				
1	Os autos contêm os documentos referentes ao procedimento licitatório realizado, o contrato original assinado pelas partes e eventuais termos aditivos precedentes, nos termos da Orientação Normativa/AGU nº 02, de 01/04/2009?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, VII, "c";</li> <li>Orientação Normativa/AGU nº 02, de 01/04/2009;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
2	Consta nos autos do processo extrato da publicação na imprensa oficial do contrato e de eventuais termos aditivos precedentes?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/93, art. 61, parágrafo único e suas alterações;</li> <li>Resolução nº 011/2016 – TCE/RN, art. 16, VII, "b";</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
3	O prazo de vigência do ajuste do contrato está sendo observado devidamente?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Orientação Normativa/AGU nº 03, de 01/04/2009;</li> <li>IN nº 05/2017, anexo IX e X, no que couber;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
4	Foi realizada consulta ao SICAF ou à lista de inidôneos do TCU para verificar se há registro de sanção à empresa contratada, cujos efeitos a torne proibido de celebrar contrato administrativo e alcancem a Administração contratante?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto nº 3.722/2001, e suas alterações posteriores, art. 1º, § 1º, I;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
<b>PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA</b>				
5	Os autos contêm os documentos referentes ao procedimento licitatório realizado, o contrato original assinado pelas partes e eventuais termos aditivos precedentes, nos termos da Orientação Normativa/AGU nº 02, de 01/04/2009?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, VII, "c";</li> <li>Orientação Normativa/AGU nº 02, de 01/04/2009;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
6	Existe manifestação da contratada com demonstração de interesse na prorrogação do prazo vigência do contrato?	<ul style="list-style-type: none"> <li>IN nº 05/2017, anexo IX, item 3, "e", no que couber;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		

7	Foi realizada pesquisa de mercado a fim de verificar se os preços contratados permanecem vantajosos?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.429/92, art. 10, V e X (lei de improbidade);</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, VII, "c", itens 2 e 3;</li> <li>• IN nº 05/2014;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo IX, item 3, "d" e item 4, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
8	Há manifestação fundamentada do gestor/fiscal (nomeado pela Administração) acerca: a) do histórico de execução do contrato - relatório; b) da necessidade da prorrogação; e c) da eventual manutenção das condições vantajosas do ajuste?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2017, anexo IX, item 3, "b", "c" e "d", no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
9	Há manifestação fundamentada do gestor/fiscal acerca da manutenção, pela contratada, ao longo da execução do ajuste, das condições de habilitação que foram exigidas na licitação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, VII, "c", item 1;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
10	Os autos estão instruídos com documentos suficientes à prova de regularidade da contratada junto às Fazendas Públicas (Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal), ao INSS, ao FGTS e à Justiça do Trabalho?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, XV;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
11	Há, na lei orçamentária do exercício da prorrogação do contrato, dotações suficientes para o custeio das respectivas despesas, ou condicionamento da validade e eficácia da prorrogação à referida disponibilidade? (Artigo 7º §2º III da Lei nº 8.666/93)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, §2º, art. 7º, III e suas alterações;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE, art. 16, V, "b";</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
12	Há minuta do termo aditivo e dos anexos que eventualmente sejam referidos no instrumento do termo aditivo?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2017, anexo IX, item 5, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
13	Consta parecer da Assessoria Jurídica?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 38, parágrafo único e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo IX, item 5, no que couber;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, VII, "c", item 4.</li> </ul>	
14	A prorrogação foi autorizada pela autoridade competente?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei n. 8.666/93, art. 57, §2º e suas alterações;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, VII, "c", item 3;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
15			

	A contratada ressalvou o direito de solicitar repactuação?	• CNJ - Lista de verificação *	
<b>ACRÉSCIMO E/OU SUPRESSÕES</b>			
16	Os autos estão instruídos com justificativa da Administração que assegure a pertinência entre os serviços originariamente contratados e os serviços que serão acrescidos e/ou suprimidos, mediante aditivo?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2017, anexo X, item 2.2, quando couber;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, VII, "c", item 2;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *</li> </ul>	
17	Os autos estão instruídos com estudos técnicos que configuram a superveniência, em relação a época em que elaborado o termo de referência da contratação, dos fatos determinantes das alterações?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CNJ - Lista de verificação *</li> </ul>	
18	Os autos estão instruídos com documentos suficientes à indicação da vantagem do acréscimo e/ou supressão para a Administração?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.429/92, art. 10, V e X (lei de improbidade);</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *</li> </ul>	
19	Há orçamento detalhado em planilhas que expresse a composição dos custos unitários da alteração (acréscimo), conforme art. 7º §2º II da Lei nº 8.666/93?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 7º, § 2º, II e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo X, item 2.4, "d", quando couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *</li> </ul>	
20	Os autos estão instruídos com manifestação da contratada, assente aos acréscimos e/ou supressões que serão formalizados no termo aditivo?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2017, anexo X, item 2.4, "e", no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *</li> </ul>	
21	Na formação dos termos aditivos, os limites quantitativos previstos no §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 foram observados?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 65, §1º e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo X, item 2.1, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *</li> </ul>	
22	Os autos estão instruídos com documentos suficientes à indicação da existência de recursos orçamentários para suportar o acréscimo de despesa?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 011/16-TCE/RN, art. 16, III;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *</li> </ul>	
23	Os autos estão instruídos com a minuta do termo aditivo e com as minutas dos anexos?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2017, anexo X, item 2, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *</li> </ul>	
24	Consta parecer da Assessoria Jurídica?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 38, parágrafo único e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo X, item 2, no que couber;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, VII, "c", item 4.</li> </ul>	

25	Consta autorização motivada da autoridade competente para a alteração pretendida?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 011/16-TCE/RN, art. 16, "c", III;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
<b><u>REAJUSTE</u></b>				
26	Existe nos autos documento com pedido de concessão de reajuste, devidamente fundamentado, no prazo devido, veiculado pela contratada?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2017, art. 57, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
27	A natureza do objeto é compatível com a utilização de reajuste?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 40, XI, e 55, III e suas alterações;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
28	Em sendo a natureza do objeto compatível com a utilização de reajuste, a obtenção de menos de três propostas de potenciais fornecedores (diferentes entre si) e/ou a formação de mapa comparativo com os preços propostos por menos de três potenciais fornecedores (diferentes entre si) está devidamente justificada?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
29	Existe, no instrumento do contrato, previsão de que o preço poderá ser reajustado?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, III e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, art. 53, caput, quando cabível;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
30	Existe, no instrumento do contrato, previsão do índice de reajuste aplicável e da periodicidade de reajuste?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, III e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, arts. 53 e 61, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
31	O reajuste pleiteado observa a periodicidade anual, a partir da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2017, art. 61, § 2º, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
32	O reajuste a ser deferido será em montante exclusivamente suficiente à preservação do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CF/88, art. 37, XXI;</li> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 65, II, "d";</li> <li>• IN nº 05/2017, art. 59, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
33	O índice adotado para o deferimento de reajustes reflete adequadamente a variação de custos suportada pelo fornecedor?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		

34	Há previsão de recursos orçamentários para o pagamento do acréscimo de despesa decorrente do reajuste?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE, art. 16, III;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
35	Há minuta de apostila?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 65, II, § 8º</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
<b><u>REPACTUAÇÃO</u></b>				
36	Os autos estão instruídos com requerimento, formulado pela contratada, solicitando a repactuação, mediante demonstração analítica da variação dos custos do contrato, por meio de planilha?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2017, art. 57, caput, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
37	A natureza do objeto é compatível com a utilização de repactuação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto nº 2.271/1997, art. 5º;</li> <li>• IN nº 05/2017, art. 54, caput, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
38	Existe, no instrumento do contrato, previsão de que o preço poderá ser repactuado?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto nº 2.271/1997, art. 5º;</li> <li>• IN nº 05/2017, art. 53, caput, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
39	Existe, no instrumento do contrato, previsão dos elementos que serão utilizados para cômputo do índice da repactuação e da periodicidade de repactuação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, III;</li> <li>• IN nº 05/2017, art. 53, caput, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
40	O pedido de repactuação contempla o acréscimo de algum custo não previsto originariamente na proposta, mas fixado por força de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2017, art. 57, § 1º, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
41	O pedido de repactuação contempla a supressão de algum custo previsto originariamente na proposta?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2017, art. 57, § 1º, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
42	Os autos estão instruídos <u>com análise</u> , produzida pela unidade de atuação competente, dos eventos informados pela contratada como justificativas para o pedido de repactuação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		



43	Os autos estão instruídos com cópia da Convenção Coletiva de Trabalho, devidamente registrada junto ao órgão competente do Poder Executivo, que comprove majoração de salários da categoria profissional empregada na execução dos serviços contratados?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2017, art. 57, caput, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
44	Está atendido o requisito da anualidade, contado este da data do orçamento a que a proposta se referiu (Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho) para os custos de mão de obra ou da data da proposta para os demais insumos? No caso das repactuações subsequentes à primeira, foi observado o interregno de um ano contado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação? (Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada, conforme Orientação Normativa nº 26, de 1º de abril de 2009, da AGU).	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 10.192/01, arts. 2º e 3º;</li> <li>• Decreto nº 2.271/97, art. 5º;</li> <li>• IN nº 05/2017, arts. 54 e 55, no que couber;</li> <li>• ON nº 26/2009-AGU;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
45	Há previsão de recursos orçamentários para o pagamento da despesa decorrente da repactuação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, III;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
46	Há minuta do termo aditivo e dos anexos que eventualmente sejam referidos no instrumento do termo aditivo, quando for cabível?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 38, parágrafo único;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
47	Consta parecer da Assessoria Jurídica?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 38, parágrafo único e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo IX, item 5, no que couber;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, VII, "c", item 4.</li> </ul>		
48	Consta autorização motivada da autoridade competente para a alteração pretendida?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 011/16-TCE/RN, art. 16, "c", III;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		

LEGENDA: N/A- Não se Aplica

\* Lista de verificação para alteração contratual, produzida pelo CNJ em atendimento as recomendações do TCU – Acórdãos nº 2.471/2008 e nº 2.328/2015-P.

**LISTA DE VERIFICAÇÃO 4 – ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_\_

ITEM	QUESTIONÁRIO	BASE LEGAL	SIM NÃO N/A	FOLHA
1	Foi autuado processo administrativo específico para a aquisição pretendida?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 38, caput e suas alterações;</li> <li>• Lei nº 10.520/02, art. 3º, III;</li> <li>• Decreto nº 7.892/13, art. 5º, III e suas alterações (Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018);</li> <li>• Decreto nº 21.008/2009 -RN;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE, art. 15;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
2	Foi elaborado o documento definidor do objeto (Projeto Básico, Termo de Referência ou especificação técnica)?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 38, caput e suas alterações;</li> <li>• Lei nº 10.520/02, art. 3º, III;</li> <li>• Decreto n. 7.892/2013 e suas alterações (Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018);</li> <li>• Decreto nº 21.008/2009 - RN;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE, art. 16, I, "b", itens 1 e 2;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
3	O TR ou o PB foi regularmente aprovado pela autoridade competente?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto n. 7.892/2013 e suas alterações (Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018);;</li> <li>• Decreto nº 21.008/2009 -RN;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE, Art. 16, I;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
4	Existe justificativa da adequação entre a necessidade pública que demanda a futura contratação e o bem/serviço que se constitui em objeto da Ata à qual se pretende aderir?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto nº 7.892/2013, art. 22, caput e suas alterações (Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018);;</li> <li>• Decreto nº 21.008/2009 -RN;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, I, "a";</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
5	Existe adequada descrição dos bens e/ou serviços que serão contratados?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 15, § 7º e suas alterações;</li> <li>• Decreto nº 7.892/2013 e suas alterações (Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018);</li> <li>• Decreto nº 21.008/2009 - RN;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, I, "b";</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		

6	Existe justificativa circunstanciada, para aferição da vantagem econômica (consulta ao mercado) e/ou qualquer outra vantagem afeta à intenção de adesão à Ata de Registro de Preços gerenciada por outro órgão?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto nº 7.892/2013, art. 9º, XI e suas alterações (Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018);</li> <li>Decreto nº 21.008/2009 -RN;</li> <li>Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 17, II;</li> <li>CNU - Lista de verificação *.</li> </ul>	
7	Existe Orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários afetos aos bens/serviços que serão adquiridos?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto 7.892/2013 e suas alterações (Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018);</li> <li>Decreto nº 21.008/2009 -RN;</li> <li>Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, II;</li> <li>CNU - Lista de verificação *.</li> </ul>	
8	Os preços encontrados na pesquisa foram submetidos a exame da unidade de atuação demandante da contratação e devidamente aprovados?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto 7.892/2013, art. 6º, I e suas alterações (Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018);</li> <li>Decreto nº 21.008/2009 -RN;</li> <li>CNU - Lista de verificação *.</li> </ul>	
9	Existe nos autos cópia do Edital de Licitação do qual resultou a Ata de Registro de Preços à qual se pretende aderir?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto 7.892/2013, art. 6º, I e suas alterações (Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018);</li> <li>Decreto nº 21.008/2009 -RN;</li> <li>Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 17, I;</li> <li>CNU - Lista de verificação *.</li> </ul>	
10	Existe nos autos cópia da Ata de Registro de Preços à qual se pretende aderir?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto nº 7.892/2013, art. 22, caput e suas alterações (Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018);</li> <li>Decreto nº 21.008/2009 -RN;</li> <li>Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 17, I;</li> <li>CNU - Lista de verificação *.</li> </ul>	
11	O instrumento convocatório prevê que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto nº 7.892/2013, art. 22, § 4º e suas alterações (Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018).</li> </ul>	

12	<p>Na hipótese de compra nacional observou-se:</p> <p>I – se as aquisições ou as contratações adicionais não excederão, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes; e</p> <p>II – se o instrumento convocatório da compra nacional preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não excederá, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto nº 7.892/2013, art. 22, § 4º-A, incisos I e II e suas alterações (Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018).</li> </ul>	
13	Foi realizada consulta ao gerenciador da Ata de Registro de Preços que se pretende aderir, com informação acerca dos quantitativos pretendidos, para fins de verificação da possibilidade de adesão?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto nº 7.892/2013, art. 22, §§ 1º, 1º-A, 1º-B, 3º, 4º-A, I e II, 9º, 10º e 11º e suas alterações (Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018);</li> <li>• Decreto nº 21.008/2009 -RN;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 17, III;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
14	Existe resposta afirmativa do gerenciador da Ata de Registro de Preços?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto nº 7.892/2013, art. 22, § 1º e suas alterações (Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018);</li> <li>• Decreto nº 21.008/2009 -RN;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 17, IV;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
15	Foi realizada consulta ao fornecedor acerca do interesse no atendimento à demanda decorrente da adesão?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto nº 7.892/2013, art. 22, § 2º e suas alterações (Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018);</li> <li>• Decreto nº 21.008/2009 -RN;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 17, V;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
16	Existe resposta afirmativa do fornecedor acerca do interesse no atendimento à demanda decorrente da adesão?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto nº 7.892/2013, art. 22, § 2º e suas alterações (Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018);</li> <li>• Decreto nº 21.008/2009 -RN;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 17, VI;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
17	Existe documento indicativo da existência de recursos orçamentários para suportar a despesa?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, V, e suas alterações;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, III;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
18	Existem documentos indicativos do estado de regularidade do fornecedor junto à Fazenda Pública (Federal, Estadual ou Distrital e Municipal), INSS, FGTS e à Justiça do Trabalho?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE, art. 16, XV;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	

19	Consta documento com estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa, quando cabível?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Complementar nº 101/2000, art. 16, I;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, V, "a";</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
20	Existe nos autos Parecer da Assessoria Jurídica?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 38, parágrafo único, e suas alterações;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
21	Existe termo de autorização da contratação, passado pelo ordenador de despesa da unidade contratante?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 17, VII.</li> </ul>		

LEGENDA: N/A- Não se Aplica; TB-Termo de Referência; PB – Projeto Básico.

\* Lista de verificação para análise de adesão a ata de registro de preço, produzida pelo CNJ em atendimento as recomendações do TCU – Acórdãos nº 2.471/2008 e nº 2.328/2015-P.

**LISTA DE VERIFICAÇÃO 5 – PREGÃO ELETRÔNICO ou PRESENCIAL – FASE INTERNA**  
(JUNTAR AOS AUTOS)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_\_

ITEM	QUESTIONÁRIO	BASE LEGAL	SIM NÃO N/A	FOLHA
<b>FORMALIDADES PRELIMINARES</b>				
1	Foi autuado processo administrativo específico para a aquisição pretendida?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/93, art. 38, caput, e suas alterações;</li> <li>Lei nº 10.520/02, art. 3º, III;</li> <li>Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>Decreto nº 5.450/05, art. 30, caput;</li> <li>Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 15;</li> <li>CNUJ - Lista de verificação *;</li> <li>Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>		
2	Para as contratações de serviços de que tratam a IN nº 05/2017, houve a elaboração e o envio do documento para formalização da demanda pelo setor requisitante do serviço, conforme modelo do Anexo II, no que couber?	<ul style="list-style-type: none"> <li>IN nº 05/2017, art. 21, I e II, no que couber.</li> </ul>		
3	Para as contratações de serviços de que tratam a IN nº 05/2017, houve a designação formal da equipe de Planejamento da Contratação pela autoridade competente do setor de licitações, no que couber?	<ul style="list-style-type: none"> <li>IN nº 05/2017, art. 21, III, no que couber.</li> </ul>		
4	Para as contratações de serviços de que tratam a IN nº 05/2017, foram observados, no que couber, as fases dos procedimentos da contratação (Planejamento da Contratação, Seleção do Fornecedor e Gestão do Contrato)?	<ul style="list-style-type: none"> <li>IN nº 05/2017, art. 19, caput, no que couber.</li> </ul>		
5	Para as contratações de serviços de que tratam a IN nº 05/2017, foram cumpridas as etapas do Planejamento dos serviços (Estudos Preliminares, Gerenciamento de Riscos e Termo de Referência ou Projeto Básico), no que couber?	<ul style="list-style-type: none"> <li>IN nº 05/2017, art. 20, §1º, no que couber.</li> </ul>		
6	Para as contratações de serviços de que tratam a IN nº 05/2017, foi juntado o Mapa de Riscos, no que couber?	<ul style="list-style-type: none"> <li>IN nº 05/2017, art. 26, §§1º e 2º, no que couber.</li> </ul>		

7	A contratação pretendia integrar o planejamento de contratações?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2017, art. 1º, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>				
8	Foi elaborado Projeto Básico ou Termo de Referência?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 10.520/02;</li> <li>• Decreto nº 5.450/2005, art. 9º, I;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• IN nº 05/2017, arts. 28, 29 e 30, e anexo V, no que couber;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE, art. 16, I, "b", itens 1 e 2;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>		
9	O Termo de Referência contém adequada justificativa da necessidade pública que demanda a futura contratação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• Decreto nº 5.450/2005, art. 9º, III;</li> <li>• IN nº 05/2017, arts. 28, 29 e 30, e anexo V, no que couber;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, I, "a";</li> <li>• Acórdão nº 254/2014 do TCU, Segunda Câmara;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>		
10	O Termo de referência contém adequada descrição dos bens e/ou serviços que serão contratados?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 15, § 7º, e suas alterações;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• Decreto nº 5.450/2005, art. 9º, I e art. 17, § 2º;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo V, no que couber;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, I, "b";</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>		
11	O Termo de Referência contém justificativa para enquadramento do objeto como bem e/ou serviço comum?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 10.520/2002, art. 2º, § 1º;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• Decreto nº 5.450/2005, art. 1º;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo V, item 2.7, "c", no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>		

12	O Termo de Referência contém justificativa para utilização do Pregão Presencial em detrimento do Eletrônico? (se for o caso)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• Decreto nº 5.450/2005, art. 4º, § 1º;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
13	O Termo de Referência contém justificativa para prévia seleção de marcas e/ou especificações?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 7º, § 5º e art. 15, §7º, I e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo V, item 1.1, "a", no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
14	O Termo de Referência contém justificativa para exigência de exibição de amostras ao longo do processo de licitação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 75 e suas alterações;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
15	O Termo de Referência contém justificativa para o agrupamento de itens? (se for o caso)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 15, IV e art. 23, §1º e suas alterações;</li> <li>• Súmula 247 – TCU;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo III, item 3.8, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
16	O Termo de Referência contém justificativa para a exigência de atestados de capacidade técnica?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> </ul>	
17	A exigência da capacitação técnico-profissional limita-se às parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo do objeto de licitação, sem exigência de quantidades mínimas?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 30, IV, §§1º e 2º e suas alterações;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
18	O Termo de Referência prevê regras claras para a apresentação de atestados de capacidade técnica?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-A, itens 10.3 e 10.4, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
19	As quantidades mínimas exigidas para comprovação da capacitação técnica operacional estão devidamente justificadas em fase da natureza e da complexidade do objeto? Foram fixadas em percentuais razoáveis e justificadas?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-A, itens 10.6, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> </ul>	
20	O Termo de Referência contém justificativa para a necessidade de apresentação de atestados independentes para cada capacitação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	



	técnica a ser comprovada?			
21	O Termo de Referência contém justificativa para vistoria e/ou visita técnica (quando necessário)?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> </ul>		
22	O Termo de Referência contém justificativa para as limitações de tempo, época e/ou de locais específicos para atestados de capacidade técnica?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
23	O Termo de Referência contém justificativa para a cotação de quantidade inferior à demandada?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
24	O Termo de Referência contém justificativa para contratação de serviços mediante alocação de postos de trabalho (mão de obra residente)?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
25	O Termo de Referência contempla levantamento de mercado com análise de outras soluções de contratação do serviço?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• Decreto nº 5.450/2005, art. 9º, I;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo V, item 2.9, no que couber;</li> <li>• Acórdão TCU-Plenário nº 2.328/2015;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>		
26	O Termo de Referência contém justificativa para as exigências de propriedade, posse e ou localização de instalações, máquinas e/ou equipamentos?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-B, item 2.2, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
27	O Termo de Referência abstém-se de especificações técnicas irrelevantes, excessivas e ou desnecessárias, que possam ser causa de aumento dos custos da futura contratação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• Decreto nº 5.450/2005, art. 9º, I;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, I, "b";</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>		
28	O Termo de Referência contempla requisitos de sustentabilidade?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 01/2010 (sustentabilidade), no que couber;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo III, item 3.3, "c", no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
29	Existe aprovação do Termo de Referência pela autoridade competente?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• Decreto nº 5.450/2005, art. 9º, II;</li> </ul>		

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, I, "b";</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
<b>PESQUISA DE PREÇOS</b>			
30	Foi realizada ampla pesquisa de preços?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 15, V, § 1º e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2014 e suas alterações posteriores (ver IN nº 03/2017);</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo III, item 3.6 e anexo V, item 2.9, no que couber;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, II, e XXVI, § 1º;</li> <li>• Acórdão TCU nº 694/2014;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
31	Os atos correlatos à pesquisa de preços foram produzidos de acordo com a legislação de regência e estão devidamente demonstrados e justificados no processo administrativo?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2014 e suas alterações posteriores (ver IN nº 03/2017);</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo III, item 3.6 e anexo V, item 2.9, no que couber;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, II, e XXVI, § 1º;</li> <li>• Acórdão TCU nº 694/2014;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
32	Foi produzido mapa comparativo com os preços encontrados?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2014 e suas alterações posteriores (ver IN nº 03/2017);</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo III, item 3.6 e anexo V, item 2.9, no que couber;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, II, e XXVI, § 1º;</li> <li>• Acórdão TCU nº 694/2014;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
33	Os preços encontrados na pesquisa foram submetidos ao exame da unidade de atuação demandante e devidamente aprovados?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
<b>MINUTA DO EDITAL</b>			

Participação de MEI, ME, EPP e Sociedade Cooperativa (na forma do art. 34 da Lei nº 11.488/2007 e desde que o objeto da contratação não implique em vínculo empregatício entre o obreiro e a contratada).				
34	A minuta do edital contém previsão de participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedade cooperativa, em face do valor estimado para o item da contratação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Complementar nº 123/2006, arts. 47 e 48 e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-A, item 5, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
35	Os autos contém justificativa para o afastamento da exclusividade prevista para microempresas e empresas de pequeno porte e Sociedade Cooperativa?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, art. 49;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-A, item 5, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
36	A minuta do edital contém previsão de direito de preferência e de saneamento às entidades preferenciais (MEI, ME, EPP e Sociedade Cooperativa), limitado, no caso de empate, às propostas superiores em até 5% do menor preço cotado?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, art. 44;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-A, item 5, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
37	A minuta do edital contém previsão de cota reservada às entidades preferenciais (MEI, ME, EPP e Sociedade Cooperativa), observada a divisibilidade dos bens a serem adquiridos e o limite máximo de 25%, relativamente ao objeto da contratação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, art. 48, inciso III;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-A, item 5, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
38	A minuta do edital contém disciplina para a hipótese de desequilíbrio da situação de entidade preferencial em razão do valor da contratação (caso previsto o tratamento favorecido e diferenciado)?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
<b>Competitividade</b>				

39	Os autos do processo administrativo estão instruídos com justificativas adequadas e razoáveis para todas as exigências que tenham potencial para reduzir o universo de fornecedores interessados em participar da licitação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• C.F/88, art. 37, XXI;</li> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 3º, § 1º, I e art. 7º, §5º e suas alterações;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• Decreto nº 5.450/2005, art. 9º, I;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
40	A minuta do edital contempla anexos com orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários afetos aos bens/serviços que serão adquiridos?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 6º, IX, "f" e art. 7º, §2º, II e suas alterações;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• Decreto nº 5.450/2005, art. 30, III;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-D, no que couber;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE, art. 16, II;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
41	A minuta do edital contém anexos com planilhas que refletem todos os direitos trabalhistas previstos em legislação especial (inclusive em Acordos e em Convenções Coletivas de Trabalho).	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CF/88, art. 7º;</li> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 27, V e suas alterações;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-D, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
42	A minuta do edital contém definição da forma de apresentação de lances, dos critérios de julgamento, classificação e aceitação das propostas?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 40 e suas alterações;</li> <li>• Lei nº 10.520/2002, art. 3º, I e XV e art. 4º, III;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• Decreto nº 5.450/2005, art. 9º, IV;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
43	As exigências de habilitação jurídica contidas na minuta do edital estão de acordo com a legislação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 27, I e art. 28 e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-A, item 10.2, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
44	As exigências relativas à regularidade fiscal e trabalhista contidas na minuta do edital estão de acordo com a legislação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 27, IV e art. 29 e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-A, item 10.2, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
45	A forma de divulgação de licitação está de acordo com o valor a ser contratado?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto nº 5.450/2005, art. 17;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	

46	A minuta do edital contempla a avaliação quanto aos critérios de habilitação econômico-financeira?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 27, III e art. 31 e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-A, item 11, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>					
47	A minuta de edital contém critério objetivo para avaliar a exequibilidade das propostas?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 48, II, §§1º e 2º e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-A, item 9, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> </ul>					
48	A minuta do Edital contém a exigência da declaração de parentesco?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 07/2005 – CNJ, §3º, inciso VI.</li> </ul>					
49	A minuta do Edital contém a exigência da declaração de não utilização de mão de obra infantil?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constituição Federal, art. 7º, inciso XXXIII;</li> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 27, V e suas alterações.</li> </ul>					
50	A minuta de edital se abstém de definir de forma genérica penalidades aplicáveis na fase de julgamento da licitação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>					
51	A minuta do edital consta, no que couber: plano, metodologia, instrumentos, condições e prazos para o exercício da fiscalização e certificação da prestação contratada, principalmente com referência à estipulação de prazo para a liquidação da despesa e à definição acerca da unidade deste Tribunal, detentora da responsabilidade pelo atesto?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 032/2016 – TCE/RN;</li> <li>• Resolução nº 15-TJ, de 09 de maio de 2018.</li> </ul>					
<b>Regras sobre a execução do futuro contrato</b>							
51	A minuta do contrato e/ou instrumento equivalente estabelece prazo razoável (não exíguo) para início da prestação de serviços, vigência e caso necessário, a indicação da possibilidade de eventuais prorrogações?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, IV e 57 e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-F, item 1, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>					
52	A minuta do contrato e/ou instrumento equivalente contém descrição dos prazos e modos para fornecimento de bens e/ou prestação dos serviços?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, II e IV e suas alterações;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>					

53	A minuta do contrato e/ou instrumento equivalente contém descrição das obrigações atribuídas ao contratante e à fornecedora?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, VII e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-F, item 6, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
54	A minuta do contrato e/ou instrumento equivalente contém obrigação à fornecedora de manter as condições de habilitação durante a execução do contrato?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, XIII e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VIII-B, item 8, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
55	Consta na minuta do contrato e/ou instrumento convocatório, no que couber: plano, metodologia, instrumentos, condições e prazos para o exercício da fiscalização e certificação da prestação contratada, principalmente com referência à estipulação de prazo para a liquidação da despesa e à definição acerca da unidade deste Tribunal, detentora da responsabilidade pelo atesto?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 032/2016 – TCE/RN;</li> <li>• Resolução nº 15-TJ, de 09 de maio de 2018.</li> </ul>		
56	Consta em cláusula da minuta do contrato e/ou instrumento convocatório a identificação acerca do setor ou da(s) pessoa(s) com competência para o recebimento e protocolamento da solicitação de cobrança, quando da sua apresentação por parte do credor?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 032/2016 – TCE/RN;</li> <li>• Resolução nº 15-TJ, de 09 de maio de 2018.</li> </ul>		
57	Consta em cláusula da minuta do contrato e/ou instrumento convocatório a exigência que o recebimento do material de valor superior ao limite estabelecido no art. 23 da Lei nº 8666/93, alterado pelo Decreto Federal nº 9412/2018, para modalidade convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 23, § 8º e suas alterações;</li> <li>• Decreto Federal 9.412/2018.</li> </ul>		
58	A minuta do contrato e/ou instrumento equivalente contém descrição das sanções administrativas aplicáveis às fornecedoras que incorrerem em inadimplemento?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, VII e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-F, item 4, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
59	A minuta do contrato e/ou instrumento equivalente contém norma estabelecendo, para a fornecedora obrigação de prestar garantia de execução do contrato? (A decisão compete à autoridade que ordenar a despesa).	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, XIII e art. 56 e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-F, item 3, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
60	A minuta do contrato e/ou instrumento equivalente estabelece, quando for o caso, a segregação entre o recebimento provisório e o definitivo?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, IV, e arts. 73 a 76 e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, arts. 40, § 2º, 49 e 50 no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		

61	A minuta do contrato contém requisitos de qualidade que viabilizem a vinculação da remuneração com os resultados, em conformidade com a IN nº 05/2017, anexo VIII-A, item 1, no que couber?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2017, anexo VIII-A, item 1, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> </ul>	
62	A minuta do contrato contém cláusula com previsão de reajuste e/ou repactuação de preços?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, III e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, Subseção VI e anexo VII-F, item 2, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
63	A minuta do contrato contém cláusula com previsão para os casos de rescisão contratual e os direitos da Administração no caso de ocorrer?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, VII e VIII e suas alterações;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
64	A minuta do contrato indica que o objeto poderá sofrer acréscimo e decréscimos de acordo com o limite estabelecido?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 65, § 1º e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo V, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
65	A minuta do contrato contém norma estabelecendo, para a fornecedora, a obrigação de devolver valores eventualmente recebidos em excesso?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Código Civil – Lei nº 10.406/2002, art.876;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
<b>OUTROS ATOS INSTRUTÓRIOS</b>			
66	As normas que dispõem sobre margem de preferência foram observadas?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto nº 8.538/2015;</li> <li>• Decreto nº 7.546/ 2011;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
67	Em face do valor estimado do objeto, foi verificada a possibilidade de a licitação ser exclusiva para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, arts. 47 e 48;</li> <li>• Lei nº 11.488/07, art. 34;</li> <li>• Decreto nº 8.538/15, art. 6º</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-A, item 5, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
68	Foi verificada a eventual incidência das exceções previstas no art. 10 do Decreto nº 8.538/15, devidamente justificada, a afastar a exclusividade?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto nº 8.538/15, art. 10;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	

69	Consta dos autos a análise e aprovação da minuta de edital e seus anexos pela assessoria jurídica?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 38, parágrafo único e suas alterações;</li> <li>• Decreto nº 5.450/2005, art. 30, IX;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
70	Consta a autorização da autoridade competente para a abertura da fase externa da licitação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 38 e suas alterações;</li> <li>• Decreto nº 5.450/2005, arts. 8º, II e 30 V;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE, art. 16, IV;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
71	Consta a publicação do aviso de edital?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 10.520/02, art. 4º, I e II;</li> <li>• Decreto nº 5.450/05, art. 17;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
72	Consta a designação do pregoeiro e equipe de apoio?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 10.520/02, art. 3º, IV, §§ 1º e 2º;</li> <li>• Decreto nº 5.450/05, arts. 9º, VI, 10, 11, 12 e 30, VI;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
73	Em se tratando de licitação destinada à formação de atas de registro de preço, houve divulgação, mediante publicação no DJe, da intenção de registro de preços? Caso negativo existe justificativa?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto nº 7.892/2013 e suas alterações, art. 14;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
<b>RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS</b>			
74	Os autos do processo contém documento indicativo da existência de recursos orçamentários para suportar a despesa?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, V, e suas alterações;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, III;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> </ul>	
75	A minuta do contrato contém cláusula com previsão das condições e das obrigações do pagamento?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, III e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, arts. 49 e 50, Anexo XI, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	



76	A minuta do contrato contém cláusula com requisitos do pagamento relativo a despesa em cumprimento a ordem cronológica das datas de suas exigibilidades (datas do atesto), considerando por fonte diferenciada de recursos?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 032/2016 – TCE/RN;</li> <li>• Resolução nº 15-TJ, de 09 de maio de 2018.</li> </ul>		
77	Fora das hipóteses de registro de preços, os autos do processo contêm documento com estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa, quando couber?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Complementar nº 101/2000, art. 16, I;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, V, “a”;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
78	Os autos do processo contêm declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Complementar nº 101/2000, art. 16, II;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, V, “a”;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		

LEGENDA: N/A- Não se Aplica

\* Lista de verificação para análise da fase interna da licitação na modalidade pregão eletrônico, produzida pelo CNJ em atendimento as recomendações do TCU – Acórdãos nº 2.471/2008 e nº 2.328/2015-P.

**LISTA DE VERIFICAÇÃO 6 – PREGÃO ELETRÔNICO – T.J.**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° \_\_\_\_\_

ITEM	QUESTIONÁRIO	BASE LEGAL	SIM NÃO N/A	FOLHA
<b>FORMALIDADES PRELIMINARES</b>				
1	Foi autuado processo administrativo específico para a aquisição pretendida?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 38, caput, e suas alterações;</li> <li>• Lei nº 10.520/02, art. 3º, III;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• Decreto nº 5.450/05, art. 30, caput;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 15;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>		
2	Consta dos autos o documento de oficialização da demanda, contemplando os elementos enunciados no § 5º do art. 12 da Resolução CNU nº 182/2013?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2017, art. 21, I e II e anexo II, no que couber;</li> <li>• Resolução nº 182/2013-CNU, art. 12, § 5º;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
3	Foi instituída formalmente a equipe de planejamento da contratação, na forma dos §§ 5º, 6º e 7º do art. 12 da Resolução CNU nº 182/2013?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 182/2013-CNU, art. 12, §§ 5º, 6º e 7º;</li> <li>• IN nº 05/2017, art. 21, III, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
4	Para as contratações de serviços de que tratam a IN nº 05/2017, foram observados, no que couber, as fases dos procedimentos da contratação (Planejamento da Contratação, Seleção do Fornecedor e Gestão do Contrato)?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2017, art. 19, caput, no que couber.</li> </ul>		
5	Para as contratações de serviços de que tratam a IN nº 05/2017, foram cumpridas as etapas do Planejamento dos serviços (Estudos Preliminares, Gerenciamento de Riscos e Termo de Referência ou Projeto Básico), no que couber?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2017, art. 20, §1º, no que couber.</li> </ul>		
6	Para as contratações de serviços de que tratam a IN nº 05/2017, foi juntado o Mapa de Riscos, no que couber?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2017, art. 26, §§1º e 2º, no que couber.</li> </ul>		

7	A demanda por bens e/ou serviços de TI está em harmonia com o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) ou com o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) do CNJ, alinhados com o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 182/2013-CNJ, art. 6º, caput;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
8	A unidade demandante da contratação observou o disposto no caput do art. 7º e o seu § 1º, ambos da Resolução nº 182/2013?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 182/2013-CNJ, art. 7º, caput e § 1º;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
9	Consta dos autos Estudos Preliminares de STIC (Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação) e Projeto Básico ou Termo de Referência?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei 10.520/2002;</li> <li>• Decreto nº 5.450/2005, art.. 9º, I;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• Resolução nº 182/2013-CNJ, art. 8º;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE, art. 16, I, "b", itens 1 e 2;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
10	Se a contratação for de mão de obra terceirizada, a unidade demandante elaborou Plano de Trabalho, nos termos do art. 9º da Resolução nº 182/2013, antes de fazer o Termo de Referência?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 182/2013-CNJ, art. 9º;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
11	A unidade demandante da contratação está ciente de que não poderão ser objeto de contratação de STIC (Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação): (1) mais de uma solução de TI em um único contrato; e (2) gestão de processos de Tecnologia da Informação e Comunicação, incluindo segurança da informação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 182/2013-CNJ, art. 10, caput;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
12	Na hipótese da contratação se destinar à aquisição de serviço de Suporte Técnico aos processos de planejamento e avaliação da qualidade da Solução STIC (Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação), o responsável indicado para supervisionar o contrato é servidor do quadro efetivo do CNJ?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 182/2013-CNJ, art. 10, § 1º;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
13	A unidade demandante está ciente de que a empresa contratada para prover o STIC (Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação) não poderá ser a mesma que avalia, mensura ou fiscaliza o objeto da contratação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 182/2013-CNJ, art. 10, § 2º;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
14	Foram observadas as vedações constantes do art. 11 da Resolução CNJ nº 182/2013?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 182/2013-CNJ, art. 11;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	

15	Os Estudos Preliminares contemplam as etapas previstas no § 1º do art. 12 da Resolução CNJ nº 182/2013?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 182/2013-CNJ, art. 12;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *</li> </ul>	
16	A equipe de planejamento foi quem elaborou e assinou os Estudos Preliminares e o TR ou PB?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 182/2013-CNJ, art. 13, § 1º;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *</li> </ul>	
17	O titular da área demandante aprovou os termos da contratação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 182/2013-CNJ, art. 13, § 1º;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *</li> </ul>	
18	A autoridade competente autorizou o prosseguimento da contratação pretendida?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 182/2013-CNJ, art. 13, § 1º;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *</li> </ul>	
19	A Equipe de Planejamento da Contratação produziu justificativa para a não elaboração da documentação exigida em cada uma das etapas dos Estudos Preliminares de STIC (análise de viabilidade da contratação, sustentação do contrato, estratégia para a contratação e análise de risco)?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 182/2013-CNJ, art. 13, § 3º;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *</li> </ul>	
20	O documento viabilidade da contratação contém os elementos mínimos estabelecidos no art. 14 da Resolução CNJ nº 182/2013?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 182/2013-CNJ, art. 14;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *</li> </ul>	
21	O documento sustentação do contrato contém os elementos mínimos estabelecidos no art. 15 da Resolução CNJ nº 182/2013?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 182/2013-CNJ, art. 15;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *</li> </ul>	
22	O documento estratégia para a contratação contém os elementos mínimos estabelecidos no art. 16 da Resolução CNJ nº 182/2013?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 182/2013-CNJ, art. 16;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *</li> </ul>	
23	O documento análise de riscos contém os elementos mínimos estabelecidos no art. 17 da Resolução CNJ nº 182/2013?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 182/2013-CNJ, art. 17;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *</li> </ul>	
24	A Equipe de Planejamento da Contratação elaborou o Termo de Referência em consonância com os Estudos Preliminares da STIC?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 182/2013-CNJ;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *</li> </ul>	
25	A Equipe de Planejamento da Contratação observou o constante nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 18 da Resolução nº 182/2013, na elaboração do TR?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 182/2013-CNJ, art. 18, §§ 1º, 2º e 3º;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *</li> </ul>	
26	O Termo de Referência contém ainda os elementos mínimos estabelecidos?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei 10.520/2002;</li> <li>• Decreto nº 5.450/2005, art. 9º, I, § 2º;</li> </ul>	

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• IN nº 05/2017, arts. 28, 29 e 30, e anexo V, no que couber;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE, art. 16, I, "b", itens 1 e 2;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
<b>PESQUISA DE PREÇOS</b>			
27	Antes da pesquisa de preços, consta a aprovação motivada do Termo de Referência pela autoridade competente?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto nº 5.450/2005, art. 9º, II, § 1º;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• IN nº 02/2008 e suas alterações posteriores, art. 15;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
28	Foi realizada a pesquisa de preços praticados pelo mercado do ramo do objeto da licitação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, arts. 15, III e 43, IV, e suas alterações;</li> <li>• Lei nº 10.520/2002, art. 3º, III;</li> <li>• Decreto nº 5.450/2005, art. 3º, § 2º;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• IN nº 05/2017, art. 30, X, no que couber;</li> <li>• IN nº 04/2014 (serviços de T.I.), art. 22;</li> <li>• IN nº 05/2014 e suas alterações posteriores, (ver IN nº 03/2017);</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, II;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
29	Tratando-se de serviço, existe orçamento detalhado em planilhas que expresse a composição de todos os seus custos unitários baseado em pesquisa de preços praticados no mercado do ramo do objeto da contratação (art. 7º, § 2º, II da Lei 8.666/1993 e art. 15, XII, "a", da IN/SLTI 02/2008), assim como a respectiva pesquisa de preços realizada (art. 43, IV da Lei nº 8.666/93, art. 15, XII, "b", IN/SLTI 02/2008 e IN/SLTI 05/2014)?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, arts. 7º, § 2º, II e 43, IV, e suas alterações;</li> <li>• Lei nº 10.520/2002, art. 3º, III;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• IN nº 02/2008, e suas alterações posteriores, art. 15, XII, "a" e "b";</li> <li>• IN nº 05/2014 e suas alterações posteriores, (ver IN nº 03/2017);</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, II;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	

30	Quando da utilização de método de pesquisa diverso do disposto no § 2º do art. 2º da IN/SLTI 05/2014, foi tal situação justificada?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2014 e suas alterações posteriores, art. 2º, §§ 2º e 3º;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, II;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
31	No caso de pesquisa com menos de 3 preços/fornecedores, foi apresentada justificativa?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2014, art. 2º, § 5º e suas alterações posteriores, (ver IN nº 03/2017);</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, § 1º;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
32	A unidade demandante avaliou o Mapa Comparativo de Preços e atestou a compatibilidade do preço cotado com aquele praticado no mercado do ramo do objeto a ser contratado?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2014 e suas alterações posteriores (ver IN nº 03/2017);</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, II, e § 1º;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
<b>MINUTA DO EDITAL</b>				
33	A minuta do edital contém previsão de participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedade cooperativa, em face do valor estimado para o item da contratação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, arts. 47 e 48;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-A, item 5, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
34	Consta dos autos justificativas para o afastamento da exclusividade prevista para microempresas e empresas de pequeno porte e Sociedade Cooperativa?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, art. 49;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-A, item 5, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
35	A minuta do edital contém previsão de direito de preferência e de saneamento às entidades preferenciais (MEI, ME, EPP e Sociedade Cooperativa), limitado, no caso de empate, às propostas superiores em até 5% do menor preço cotado?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, art. 44;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-A, item 5, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
36	A minuta do edital contém previsão de cota reservada às entidades preferenciais (MEI, ME, EPP e Sociedade Cooperativa), observada a divisibilidade dos bens a serem adquiridos e o limite máximo de 25%, relativamente ao objeto da contratação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, art. 48, inciso III;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-A, item 5, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
37	A minuta do edital contém disciplina para a hipótese de desenquadramento da situação de entidade preferencial em razão do valor da contratação (caso previsto o tratamento favorecido e diferenciado)?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		

38	Os autos do processo administrativo estão instruídos com <u>justificativas adequadas e razoáveis</u> para todas as exigências que tenham potencial para reduzir o universo de fornecedores interessados em participar da licitação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• C.F/88, art. 37, XXI;</li> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 3º, § 1º, I e art. 7º, §5º, e suas alterações;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• Decreto nº 5.450/2005, art. 9º, I;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
39	A minuta do edital contempla anexos com orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários afetos aos bens/serviços que serão adquiridos?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 6º, IX, "f" e art. 7º, §2º, II, e suas alterações;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• Decreto nº 5.450/2005, art. 30, III;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-D, no que couber;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE, art. 16, II;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
40	A minuta do edital contém anexos com planilhas que refletem todos os direitos trabalhistas previstos em legislação especial? (inclusive em Acordos e em Convenções Coletivas de Trabalho).	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CF/88, art. 7º;</li> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 27, V, e suas alterações;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-D, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
41	A minuta do edital contém definição da forma de apresentação de lances, dos critérios de julgamento, classificação e aceitação das propostas?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 40, e suas alterações;</li> <li>• Lei nº 10.520/2002, art. 3º, I e XV e art. 4º, III;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• Decreto nº 5.450/2005, art. 9º, IV;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
42	As exigências de habilitação jurídica contidas na minuta do edital estão de acordo com a legislação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 27, I e art. 28, e suas alterações;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-A, item 10.2, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	

43	As exigências relativas à regularidade fiscal e trabalhista contidas na minuta do edital estão de acordo com a legislação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 27, IV e art. 29, e suas alterações;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-A, item 10.2, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
44	A forma de divulgação de licitação está de acordo com o valor a ser contratado?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• Decreto nº 5.450/2005, art. 17;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
45	A minuta do edital contempla a avaliação quanto aos critérios de habilitação econômico-financeira?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 27, III e art. 31, e suas alterações;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-A, item 11, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
46	A minuta de edital contém critério objetivo para avaliar a exequibilidade das propostas?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 48, II, §§1º e 2º, e suas alterações;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-A, item 9, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
47	A minuta do Edital contém a exigência da declaração de parentesco?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 07/2005 – CNJ, §3º, inciso VI.</li> </ul>	
48	A minuta do Edital contém a exigência da declaração de não utilização de mão de obra infantil?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constituição Federal, art. 7º, inciso XXXIII;</li> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 27, V e suas alterações.</li> </ul>	
49	A minuta de edital se abstém de definir de forma genérica penalidades aplicáveis na fase de julgamento da licitação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	



50	A minuta do edital consta, no que couber: plano, metodologia, instrumentos, condições e prazos para o exercício da fiscalização e certificação da prestação contratada, principalmente com referência à estipulação de prazo para a liquidação da despesa e à definição acerca da unidade deste Tribunal, detentora da responsabilidade pelo atesto?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 032/2016 – TCE/RN;</li> <li>• Resolução nº 15-TJ, de 09 de maio de 2018.</li> </ul>		
51	A minuta do contrato e/ou instrumento equivalente estabelece prazo razoável (não exíguo) para início da prestação de serviços, vigência e caso necessário, a indicação da possibilidade de eventuais prorrogações?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, IV e 57, e suas alterações;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-F, item 1, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>		
52	A minuta do contrato e/ou instrumento equivalente contém descrição dos prazos e modos para fornecimento de bens e/ou prestação dos serviços?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, II e IV, e suas alterações;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>		
53	A minuta do contrato e/ou instrumento equivalente contém descrição das obrigações atribuídas ao contratante e à fornecedora?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, VII, e suas alterações;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VIII-B, item 8, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>		
54	A minuta do contrato e/ou instrumento equivalente contém obrigação à fornecedora de manter as condições de habilitação durante a execução do contrato?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, XIII, e suas alterações;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VIII-B, item 8, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>		
55	Consta na minuta do contrato e/ou instrumento convocatório, no que couber: plano, metodologia, instrumentos, condições e prazos para o exercício da fiscalização e certificação da prestação contratada, principalmente com referência à estipulação de prazo para a liquidação da despesa e à definição acerca da unidade deste Tribunal, detentora da responsabilidade pelo atesto?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 032/2016 – TCE/RN;</li> <li>• Resolução nº 15-TJ, de 09 de maio de 2018.</li> </ul>		

56	Consta em cláusula da minuta do contrato e/ou instrumento convocatório a identificação acerca do setor ou da(s) pessoa(s) com competência para o recebimento e protocolamento da solicitação de cobrança, quando da sua apresentação por parte do credor?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 032/2016 – TCE/RN;</li> <li>• Resolução nº 15-TJ, de 09 de maio de 2018.</li> </ul>		
57	Consta em cláusula da minuta do contrato e/ou instrumento convocatório a exigência que o recebimento do material de valor superior ao limite estabelecido no art. 23 da Lei nº 8666/93, alterado pelo Decreto Federal nº 9412/2018, para modalidade convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 23, § 8º e suas alterações;</li> <li>• Decreto Federal 9.412/2018.</li> </ul>		
58	A minuta do contrato e/ou instrumento equivalente contém descrição das sanções administrativas aplicáveis às fornecedoras que incorrerem em inadimplemento?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, VII, e suas alterações;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-F, item 4, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>		
59	A minuta do contrato e/ou instrumento equivalente contém norma estabelecendo, para a fornecedora obrigação de prestar garantia de execução do contrato? (A decisão compete à autoridade que ordenar a despesa).	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, XIII e art. 56, e suas alterações;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-F, item 3, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>		
60	A minuta do contrato e/ou instrumento equivalente estabelece, quando for o caso, a segregação entre o recebimento provisório e o definitivo?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, IV, e suas alterações;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• IN nº 05/2017, arts. 40, § 2º, 49 e 50 no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>		
61	A minuta do contrato contém requisitos de qualidade que viabilizem a vinculação da remuneração com os resultados?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VIII-A, item 1, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>		

62	A minuta do contrato contém cláusula com previsão de reajuste e/ou repactuação de preços?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, III, e suas alterações;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• IN nº 05/2017, Subseção VI e anexo VII-F, item 2, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
63	A minuta do contrato contém cláusula com previsão para os casos de rescisão contratual e os direitos da Administração no caso de ocorrer?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, VII e VIII, e suas alterações;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
64	A minuta do contrato indica que o objeto poderá sofrer acréscimo e decréscimos de acordo com o limite estabelecido?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 65, § 1º, e suas alterações;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo V, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
65	A minuta do contrato contém norma estabelecendo, para a fornecedora, a obrigação de devolver valores eventualmente recebidos em excesso?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Código Civil – Lei nº 10.406/2002, art.876;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
<b>OUTROS ATOS INSTRUTÓRIOS</b>			
66	As normas que dispõem sobre margem de preferência foram observadas?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto nº 8.538/2015;</li> <li>• Decreto nº 7.546/2011;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	

67	Em face do valor estimado do objeto, foi verificada a possibilidade da licitação ser exclusiva para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, arts. 47 e 48;</li> <li>• Lei nº 11.488/07, art. 34;</li> <li>• Decreto nº 8.538/15, art. 6º;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-A, item 5, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
68	Foi verificada a eventual incidência das exceções previstas no art. 10 do Decreto nº 8.538/15, devidamente justificada, a afastar a exclusividade?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto nº 8.538/15, art. 10;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
69	Consta dos autos a análise e aprovação da minuta de edital e seus anexos pela assessoria jurídica?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 38, parágrafo único, e suas alterações;</li> <li>• Decreto nº 5.450/2005, art. 30, IX;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
70	Consta a autorização da autoridade competente para a abertura da fase externa da licitação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 38, e suas alterações;</li> <li>• Decreto nº 5.450/2005, arts. 8º, II e 30 V;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
71	Consta a publicação do aviso de edital?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 10.520/02, art. 4º, I e II;</li> <li>• Decreto nº 5.450/05, art. 17;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
72	Consta a designação do pregoeiro e equipe de apoio?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 10.520/02, art. 3º, IV, §§ 1º e 2º;</li> <li>• Decreto nº 5.450/05, arts. 9º, VI, 10, 11, 12 e 30, VI;</li> <li>• Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	

73	Em se tratando de licitação destinada à formação de atas de registro de preço, houve divulgação, mediante publicação no DJe, da intenção de registro de preços? Caso negativo, existe justificativa?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto nº 7.892/2013 e suas alterações, art. 14;</li> <li>Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
<b>RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS</b>			
74	Os autos do processo contém documento indicativo da existência de recursos orçamentários para suportar a despesa?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/93, art. 55, V, e suas alterações;</li> <li>Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, III;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
75	A minuta do contrato contém cláusula com previsão das condições e das obrigações do pagamento?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/93, art. 55, III, e suas alterações;</li> <li>IN nº 05/2017, arts. 49 e 50, Anexo XI, no que couber;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
76	A minuta do contrato contém cláusula com requisitos do pagamento relativo a despesa em cumprimento a ordem cronológica das datas de suas exigibilidades (datas do atesto), considerando por fonte diferenciada de recursos?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resolução nº 032/2016 – TCE/RN;</li> <li>Resolução nº 15-TJ, de 09 de maio de 2018.</li> </ul>	
77	Fora das hipóteses de registro de preços, os autos do processo contém documento com estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa, quando couber?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei Complementar nº 101/2000, art. 16, I;</li> <li>Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, V, "a";</li> <li>CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	
78	Os autos do processo contém declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei Complementar nº 101/2000, art. 16, II;</li> <li>Decretos nº 17.144/2003 e nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, V, "a";</li> <li>CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>Portaria nº 274/2005-TJ, no que couber.</li> </ul>	

LEGENDA: N/A- Não se Aplica;

\*Lista de verificação para análise da fase interna da modalidade pregão eletrônico para T.I., produzida pelo CNJ em atendimento as recomendações do TCU – Acórdãos nº 2.471/2008 e nº 2.328/2015-P.

**LISTA DE VERIFICAÇÃO 7 – OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_\_

ITEM	QUESTIONÁRIO	BASE LEGAL	SIM NÃO N/A	FOLHA
<b>FORMALIDADES PRELIMINARES</b>				
1	Foi autuado processo administrativo específico para a aquisição pretendida?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 38, caput e suas alterações;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 15;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
2	A contratação pretendida integra o planejamento de contratações?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2017, art. 1º, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Plano de Obras anual do PJRN.</li> </ul>		
3	O processo está instruído com Plano de Obras, elaborado a partir do programa de necessidades e planejamento estratégico do órgão?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 114/2010 – CNJ, art. 2º;</li> <li>• Resolução nº 006/2011-TJ/RN;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Plano de Obras anual do PJRN.</li> </ul>		
4	A obra, com a indicação do grau de prioridade, foi devidamente aprovada pelo Pleno do Tribunal, conforme dispõe o art. 4º da Resolução CNJ n. 114/2010?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 114/2010 – CNJ, art. 4º;</li> <li>• Resolução nº 006/2011-TJ/RN, art. 3º;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>• Plano de Obras anual do PJRN.</li> </ul>		
5	Na hipótese de construção de nova edificação, foi comprovada a existência de terreno em condição regular?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 114/2010 – CNJ, art. 5º, § 2º;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
6	O órgão obteve autorização para construir (alvarás/licenças)?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 011/2016, art. 16, VIII, "c" e "d";</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
7	Há recursos orçamentários destinados à realização de estudos preliminares, elaboração e/ou contratação de projetos, básico e executivo e aquisição do terreno?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 114/2010 – CNJ, art. 5º, § 3º;</li> <li>• Resolução nº 006/2011-TJ/RN, art. 4º;</li> </ul>		

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
8	Foi elaborado anteprojeto detalhado contendo as estimativas e justificativas das áreas relacionadas à execução da obra a respeito do que será gasto?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 114/2010 – CNJ, art. 5º, § 4º;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
9	Foi elaborado parecer técnico destinado à avaliação, aprovação e priorização da obra pelas unidades de planejamento, orçamento e finanças e pela unidade de controle interno?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 114/2010 – CNJ, art. 5º, § 5º;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
<b>PROJETO BÁSICO/ PROJETO EXECUTIVO</b>			
10	Foram juntados aos autos o estudo preliminar e o projeto básico?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 7º, § 2º, I, e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, arts. 28, 29 e 30, e anexo V, no que couber;</li> <li>• Resolução nº 114/2010 – CNJ, art. 2º, § 2º e art. 5º, caput;</li> <li>• Resolução nº 006/2011-TJ/RN, art. 4º;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE, art. 16, I, “b”, itens 1 e 2;</li> <li>• O.T – 001/2006 – OBRAOP, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
11	Foi apontado o indicador de prioridade da obra, nos termos do § 1º do art. 2º da Resolução CNJ n. 114/2010?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 114/2010 – CNJ, art. 2º, § 1º;</li> <li>• Resolução nº 006/2011-TJ/RN, art. 2º, § 1º;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
12	Foi apontado o grupo a que a obra pertence, nos termos do art. 3º da Resolução CNJ n. 114/2010?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 114/2010 – CNJ, art. 3º;</li> <li>• Resolução nº 006/2011-TJ/RN, art. 2º, § 3º;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
13	O projeto básico contém todos os elementos técnicos/projetos de acordo com a natureza, porte e complexidade da obra de engenharia a ser realizada?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O.T – 001/2006 – OBRAOP, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
14	Todos os projetos que compõem o projeto básico possuem identificação contendo: denominação e local da obra; nome da entidade executora; tipo de projeto; data; nome do responsável técnico com respectivo número do CREA e sua assinatura.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 11/2016-TCE, art. 16, VIII, “f”;</li> <li>• O.T – 001/2006 – OBRAOP, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
15	Em se tratando de obra classificada no Grupo 3 (obras de grande porte) foi comunicada ao CNJ, após aprovação pelo Tribunal?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 114/2010 – CNJ, art. 6º;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	

16	Foram observados os referenciais de áreas constantes na Tabela II da Resolução nº 114/2010-CNUJ, a serem adotados para elaboração de projetos de reforma ou construção de imóveis novos no âmbito do judiciário?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resolução nº 114/2010 – CNUJ, art. 30 e 31;</li> <li>CNUJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
17	O projeto básico contém adequada justificativa da necessidade pública que demanda a futura contratação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/93, art. 12, II;</li> <li>CNUJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
18	O projeto básico contém adequada descrição dos bens e/ou serviços que serão contratados?	<ul style="list-style-type: none"> <li>IN nº 05/2017, anexo V, no que couber;</li> <li>Resolução nº 011/2016-TCE, art. 16, I, "b";</li> <li>O.T – 001/2006 – OBRAOP, no que couber;</li> <li>CNUJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
19	O projeto básico contém justificativa para prévia seleção de marcas e/ou especificações?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/93, art. 7º, §5º;</li> <li>IN nº 05/2017, anexo V, item 1.1, "a", no que couber;</li> <li>CNUJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
20	Houve parcelamento do objeto?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/93, art. 23, §§1º e 2º;</li> <li>CNUJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
21	O parcelamento do objeto foi precedido de comprovação técnica e econômica?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/93, art. 23, §1º;</li> <li>CNUJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
22	Foram avaliadas eventuais dificuldades na atribuição de responsabilidade por eventuais defeitos de construção em virtude do parcelamento do objeto?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resolução nº 114/2010 – CNUJ, art. 11;</li> <li>CNUJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
23	O projeto básico prevê regras claras para a apresentação de atestados de capacidade técnica, bem como contém justificativa para a exigência de atestados de capacidade técnica?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resolução nº 114/2010 – CNUJ, art. 16;</li> <li>IN nº 05/2017, anexo VII-A, itens 10.3 e 10.4, no que couber;</li> <li>CNUJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
24	A exigência da capacitação técnica – profissional limita-se às parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo do objeto de licitação, sem exigência de quantidades mínimas?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/93, art. 30, § 1º, I, e suas alterações;</li> <li>CNUJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
25	As quantidades mínimas exigidas para comprovação da capacitação técnica operacional estão devidamente justificadas em fase da natureza e da complexidade do objeto? Foram fixadas em percentuais razoáveis e justificadas?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resolução nº 114/2010 – CNUJ, art. 16, "a";</li> <li>IN nº 05/2017, anexo VII-A, itens 10.6, no que couber;</li> <li>CNUJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
26	O projeto básico contém justificativa para a necessidade de apresentação de atestados independentes para cada capacitação técnica a ser comprovada?	<ul style="list-style-type: none"> <li>CNUJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	



27	O projeto básico contém justificativa para as limitações de tempo, época e/ou de locais específicos para atestados de capacidade técnica?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
28	O projeto básico contém justificativa para vistoria e/ou visita técnica?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
29	As vistorias técnicas do local da obra foram realizadas individualmente pelos interessados no certame?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 114/2010 – CNJ, art. 17;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
30	O licitante firmou declaração de conhecimento das condições locais para a execução do objeto e entrega da obra?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 114/2010 – CNJ, art. 18;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
31	O projeto básico contém justificativa para contratação de serviços mediante alocação de postos de trabalho (mão de obra residente)?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
32	O projeto básico previu a contratação, na fase de execução da obra, de, pelo menos, 2% de egressos do sistema prisional?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 114/2010 – CNJ, art. 8º, parágrafo único;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
33	O projeto básico contempla levantamento de mercado com análise de outras soluções de contratação do serviço?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2017, anexo V, item 2.9, no que couber;</li> <li>• Acórdão TCU-Plenário nº 2.328/2015;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
34	O projeto básico contém justificativa para as exigências de propriedade, posse e ou localização de instalações, máquinas e/ou equipamentos?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-B, item 2.2, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
35	O projeto básico abstém-se de especificações técnicas irrelevantes, excessivas e ou desnecessárias, que possam ser causa de aumento dos custos da futura contratação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, I, “b”;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
36	O projeto básico contempla requisitos de sustentabilidade?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 01/2010 (sustentabilidade), no que couber;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo III, item 3.3, “c”, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
37	Existe aprovação do projeto básico pela autoridade competente?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, I, “b”;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
38	Existe projeto executivo?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 114/2010 – CNJ, art. 2º, § 2º;</li> <li>• Resolução nº 006/2011-TJ/RN, art. 4º;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
39	A produção de projeto executivo ocorreu de forma concomitantemente à execução das obras/serviços? Se sim, foi devidamente autorizada?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 7º, § 1º, e suas alterações;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	

40	Equipamentos e mobiliário para o início da utilização da obra estão sendo adquiridos em licitações distintas?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resolução nº 114/2010 – CNJ, art. 12, parágrafo único;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
<b>PESQUISA DE PREÇO</b>				
41	Foi realizada ampla pesquisa de preços?	<ul style="list-style-type: none"> <li>IN nº 05/2014 e suas alterações posteriores;</li> <li>IN nº 05/2017, art. 30, X, anexo III, item 3.6 e anexo V, item 2.9, no que couber;</li> <li>Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, II;</li> <li>O.T – 001/2006 – OBRAOP, no que couber;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
42	Os atos correlatos à pesquisa de preços foram produzidos de acordo com a legislação de regência e estão devidamente demonstrados e justificados no processo administrativo?	<ul style="list-style-type: none"> <li>IN nº 05/2014 e suas alterações posteriores;</li> <li>IN nº 05/2017, anexo III, item 3.6 e anexo V, item 2.9, no que couber;</li> <li>Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, II, e XXVI, § 1º;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
43	Os custos unitários dos serviços foram cotados a partir das referências constantes das tabelas SINAPI e/ou do sistema Sicro do DNIT?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resolução nº 114/2010 – CNJ, art. 9º, caput e §3º;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
44	Há algum custo que exceda àquele fixado nas tabelas de referência?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resolução nº 114/2010 – CNJ, art. 9º, §4º;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
45	O custo excedente enquadrava-se em condição especial, devidamente justificada em relatório técnico circunstanciado, elaborado por profissional habilitado?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resolução nº 114/2010 – CNJ, art. 9º, §4º;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
46	Esse relatório foi devidamente aprovado pela autoridade competente?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resolução nº 114/2010 – CNJ, art. 9º, §4º;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
47	Todas as fontes de consulta de preço foram indicadas na memória de cálculo do orçamento que integra a documentação do processo licitatório?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resolução nº 114/2010 – CNJ, art. 9º, §5º;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
48	Foi produzido mapa comparativo com os preços encontrados?	<ul style="list-style-type: none"> <li>IN nº 05/2014 e suas alterações posteriores;</li> <li>IN nº 05/2017, anexo III, item 3.6, no que couber;</li> <li>Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, II, e § 1º;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
49	Os preços encontrados na pesquisa foram submetidos ao exame da unidade de atuação demandante e devidamente aprovados?	<ul style="list-style-type: none"> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		

<b>MINUTA DO EDITAL</b>	
Participação de MEI, ME, EPP e Sociedade Cooperativa ( na forma do art. 34 da Lei n. 11.488/2007 e desde que o objeto da contratação não implique em vínculo empregatício entre o obreiro e a contratada)	
50	<p>A minuta do edital contém previsão de participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedade cooperativa, em face do valor estimado para o item da contratação?</p>
51	<p>Consta dos autos justificativa para o afastamento da exclusividade prevista para microempresas, empresas de pequeno porte e Sociedade Cooperativa?</p>
52	<p>A minuta do edital contém previsão de direito de preferência e de saneamento às entidades preferenciais (MEI, ME, EPP e Sociedade Cooperativa), limitado, no caso de empate, às propostas superiores em até 5% do menor preço cotado?</p>
53	<p>A minuta do edital contém previsão de cota reservada às entidades preferenciais (MEI, ME, EPP e Sociedade Cooperativa), observada a divisibilidade dos bens a serem adquiridos e o limite máximo de 25%, relativamente ao objeto da contratação?</p>
54	<p>A minuta do edital contém disciplina para a hipótese de desenquadramento da situação de entidade preferencial em razão do valor da contratação (caso previsto o tratamento favorecido e diferenciado)?</p>
<b>COMPETITIVIDADE</b>	
55	<p>Os autos do processo administrativo estão instruídos com justificativas adequadas e razoáveis para todas as exigências que tenham potencial para reduzir o universo de fornecedores interessados em participar da licitação?</p>
56	<p>A minuta do edital contempla anexos com orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários afetos aos bens/serviços que serão adquiridos?</p>
57	<p>A minuta do edital está integrada por planilhas que refletem todos os direitos trabalhistas previstos em legislação especial (inclusive em Acordos e em Convenções Coletivas de Trabalho)?</p>

58	Os custos unitários dos serviços, as ARTs dos profissionais responsáveis pela elaboração do orçamento-base e a declaração expressa do autor das planilhas orçamentárias quanto à compatibilidade dos quantitativos e dos custos constantes das planilhas com os quantitativos do projeto de engenharia e os custos SINAPI e ou SICRO integram o orçamento-base da contratação no momento de deflagração do procedimento licitatório?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resolução nº 114/2010 – CNJ, art. 13;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
59	Estão sendo exigidos dos licitantes: i) a indicação da composição unitária dos custos dos serviços de todos os itens da planilha orçamentária, ii) a composição da taxa de BDI; e a iii) composição dos encargos sociais?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resolução nº 114/2010 – CNJ, art. 14;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
60	O BDI ou LDI previu apenas despesas com: <ul style="list-style-type: none"> <li>i) taxa de rateio da Administração Central;</li> <li>ii) taxa das despesas indiretas;</li> <li>iii) taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento;</li> <li>iv) taxa de tributos; e</li> <li>v) margem ou lucro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resolução nº 114/2010 – CNJ, art. 15;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
61	A minuta do edital contém definição da forma de apresentação de lances, dos critérios de julgamento, classificação e aceitação das propostas?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/93, art. 40, e suas alterações;</li> <li>IN nº 05/2017, anexo VII, no que couber;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
62	As exigências de habilitação jurídica contidas na minuta do edital estão de acordo com a legislação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/93, art. 27, I e art. 28, e suas alterações;</li> <li>IN nº 05/2017, anexo VII-A, item 10.2, no que couber;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
63	As exigências relativas à regularidade fiscal e trabalhista contidas na minuta do edital estão de acordo com a legislação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/93, art. 27, IV e art. 29, e suas alterações;</li> <li>IN nº 05/2017, anexo VII-A, item 10.2, no que couber;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
64	A forma de divulgação de licitação está de acordo com o valor a ser contratado?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/93, art. 21, e suas alterações;</li> <li>Resolução nº 011/2016-TCE, art. 16, VI, "a", item 7;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
65	A minuta do edital contempla a avaliação quanto aos critérios de habilitação econômico-financeira?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/93, art. 27, III e art. 31;</li> <li>IN nº 05/2017, anexo VII-A, item 11, no que couber;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
66	A minuta de edital contém critério objetivo para avaliar exequibilidade das propostas?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/93, art. 48, II, e suas alterações;</li> <li>Resolução nº 114/2010 – CNJ, art. 19;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
67	A minuta de edital se abstém de definir de forma genérica penalidades aplicáveis na fase de julgamento da licitação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		

68	A minuta do edital consta, no que couber: plano, metodologia, instrumentos, condições e prazos para o exercício da fiscalização e certificação da prestação contratada, principalmente com referência à estipulação de prazo para a liquidação da despesa e à definição acerca da unidade deste Tribunal, detentora da responsabilidade pelo atesto?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 032/2016 – TCE/RN;</li> <li>• Resolução nº 15-TJ, de 09 de maio de 2018.</li> </ul>		
69	A minuta do Edital contém a exigência da declaração de parentesco?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 07/2005 – CNJ, §3º, inciso VI.</li> </ul>		
70	A minuta do Edital contém a exigência da declaração de não utilização de mão de obra infantil?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constituição Federal, art. 7º, inciso XXXIII;</li> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 27, V e suas alterações.</li> </ul>		
<b>Execução do (a) Futuro (a) Contrato - Minuta</b>				
71	A minuta do contrato estabelece prazo razoável (não exíguo) para início da prestação de serviços vigência e caso necessário, a indicação da possibilidade de eventuais prorrogações?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, IV e 57, e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-F, item 1, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
72	A minuta do contrato contém descrição dos prazos e modos para fornecimento de bens e/ou prestação dos serviços?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, II e IV, e suas alterações;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
73	A minuta do contrato contém descrição das obrigações atribuídas ao contratante e à fornecedora?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, VII, e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-F, item 6, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
74	A minuta do contrato contém obrigação à fornecedora de manter as condições de habilitação durante a execução do contrato?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, XIII, e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VIII-B, item 8, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
75	Consta na minuta do contrato e/ou instrumento convocatório, no que couber: plano, metodologia, instrumentos, condições e prazos para o exercício da fiscalização e certificação da prestação contratada, principalmente com referência à estipulação de prazo para a liquidação da despesa e à definição acerca da unidade deste Tribunal, detentora da responsabilidade pelo atesto?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 032/2016 – TCE/RN;</li> <li>• Resolução nº 15-TJ, de 09 de maio de 2018.</li> </ul>		
76	Consta em cláusula da minuta do contrato e/ou instrumento convocatório a identificação acerca do setor ou da(s) pessoa(s) com competência para o recebimento e protocolamento da solicitação de cobrança, quando da sua apresentação por parte do credor?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 032/2016 – TCE/RN;</li> <li>• Resolução nº 15-TJ, de 09 de maio de 2018.</li> </ul>		

77	A minuta do contrato contém descrição das sanções administrativas aplicáveis às fornecedoras que incorrerem em inadimplemento?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, VII, e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-F, item 4, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
78	A minuta do contrato contém norma estabelecendo, para a fornecedora obrigação de prestar garantia de execução do contrato? (A decisão compete à autoridade que ordenar a despesa).	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, XIII e art. 56, e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo VII-F, item 3, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
79	A minuta de contrato estabelece a segregação entre o recebimento provisório e o definitivo?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, IV, e arts. 73 a 76, e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, arts. 40, § 2º, 49 e 50 no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
80	A minuta do contrato contém requisitos de qualidade que viabilizem a vinculação da remuneração com os resultados?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IN nº 05/2017, anexo VIII-A, item 1, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
81	A minuta do contrato contém cláusula com previsão de reajuste e/ou repactuação de preços?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, III, e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, Subseção VI e anexo VII-F, item 2, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
82	A minuta do contrato contém cláusula com previsão para os casos de rescisão contratual e os direitos da Administração no caso de ocorrer?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, VII e VIII, e suas alterações;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
83	A minuta do contrato indica que o objeto poderá sofrer acréscimo e decréscimos de acordo com o limite estabelecido?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 65, § 1º, e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, anexo V, no que couber;</li> <li>• Resolução nº 114/2010-CNJ, art. 24 e 25;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
84	A minuta do contrato contém norma estabelecendo, para a fornecedora, a obrigação de devolver valores eventualmente recebidos em excesso?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Código Civil – Lei nº 10.406/2002, art.876;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
85	A minuta do contrato contém cláusula com previsão das condições e das obrigações do pagamento?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 8.666/93, art. 55, III, e suas alterações;</li> <li>• IN nº 05/2017, arts. 49 e 50, Anexo XI, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
86	A minuta do contrato contém cláusula com requisitos do pagamento relativo a despesa em cumprimento a ordem cronológica das datas de suas exigibilidades (datas do atesto), considerando por fonte diferenciada de recursos?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 032/2016 – TCE/RN;</li> <li>• Resolução nº 15-TJ, de 09 de maio de 2018.</li> </ul>	

87	As normas que dispõe sobre margens de preferência foram observadas? Ref. Decretos nºs 7.546/ 2011 e 8.538/2015.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto nº 7.546/ 2011;</li> <li>Decreto nº 8.538/2015;</li> <li>CNUJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
88	Em face do valor estimado do objeto, foi verificada a possibilidade da licitação ser exclusiva para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, arts. 47 e 48;</li> <li>Lei nº 11.488/07, art. 34;</li> <li>Decreto nº 8.538/15, art. 6º;</li> <li>IN nº 05/2017, anexo VII-A, item 5, no que couber;</li> <li>CNUJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
89	Foi verificada a incidência das exceções previstas no art. 10 do Decreto nº 8.538/15, devidamente justificada, a afastar a exclusividade?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto nº 8.538/15, art. 10;</li> <li>CNUJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
90	Consta dos autos a análise e aprovação da minuta de edital e seus anexos pela assessoria jurídica?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/93, art. 38, parágrafo único, e suas alterações;</li> <li>CNUJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
91	Consta a autorização da autoridade competente para a abertura da fase externa da licitação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/93, art. 38, e suas alterações;</li> <li>Resolução nº 011/2016-TCE, art. 16, IV;</li> <li>CNUJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
92	Consta a publicação do aviso de edital?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/93, art. 21, e suas alterações;</li> <li>Resolução nº 011/2016-TCE, art. 16, VI, "a", item 7;</li> <li>CNUJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
93	Os autos do processo contém documento indicativo da existência de recursos orçamentários para suportar a despesa?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.666/93, art. 7º, § 2º, II e IV, e suas alterações;</li> <li>Resolução nº 114/2010 – CNUJ, art. 20, §§1º e 2º;</li> <li>Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, III;</li> <li>CNUJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	
94	Os autos do processo contém documento com estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei Complementar nº 101/2000, art. 16, I;</li> <li>Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, V, "a";</li> <li>Lista de verificação para análise da fase interna da licitação para obras e serviços de engenharia, produzida pelo CNUJ em atendimento a recomendações do TCU – Acórdãos nº 2.471/2008 e nº 2.328/2015-P.</li> </ul>	
95	Os autos do processo contém declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei Complementar nº 101/2000, art. 16, II;</li> <li>Resolução nº 011/2016-TCE/RN, art. 16, V, "a";</li> <li>CNUJ - Lista de verificação *.</li> </ul>	

96	A execução da obra ultrapassará o exercício financeiro?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 114/2010 – CNJ, art. 20;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
97	Para obra cuja execução ultrapasse um exercício financeiro – foi incluída a despesa no plano plurianual ou houve autorização legal expressa?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Código Penal, art. 359-D;</li> <li>• Resolução nº 114/2010-CNJ, art. 20, caput;</li> <li>• CNJ – Lista de Verificação.</li> </ul>		

LEGENDA: N/A- Não se Aplica; TR- Termo de Referência; PB – Projeto Básico.

\*Lista de verificação para análise da fase interna da licitação para obras e serviços de engenharia, produzida pelo CNJ em atendimento as recomendações do TCU – Acórdãos nº 2.471/2008 e nº 2.328/2015-P.



**LISTA DE VERIFICAÇÃO 8 – ANÁLISE JURÍDICA PRÉVIA – PREGÃO ELETRÔNICO (Fase Externa do Processo Licitatório)**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_\_

ITEM	QUESTIONÁRIO	BASE LEGAL	SIM NÃO N/A	FOLHA
1	Os comprovantes das publicações do edital resumido constam do processo?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei n.º 8.666/93, art. 38, II e suas alterações;</li> <li>• Decreto n.º 5.450/05, art. 30, XII, "a";</li> <li>• Decreto n.º 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
2	<p>O aviso contendo o resumo do edital foi publicado nos meios previstos pela legislação?</p> <p>Para a Administração Pública Federal:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- até R\$ 650.000,00(seiscentos e cinquenta mil reais) (DJe e internet);</li> <li>- acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) a R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) (DJe, internet e jornal de grande circulação local);</li> <li>- acima de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) ou na hipótese de pregão para SRP (DJe, internet e jornal de grande circulação regional ou nacional).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto n.º 5.450/05, art. 17;</li> <li>• Decreto n.º 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
3	Foi respeitado o prazo de 8 dias entre a divulgação da licitação (publicação do aviso do edital) e a realização do certame?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto n.º 5.450/05, art. 17, §4º;</li> <li>• Decreto n.º 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
4	A ata de realização do pregão eletrônico consta do processo e contém registro dos licitantes participantes, das propostas apresentadas, dos lances ofertados na ordem de classificação, da aceitabilidade da proposta de preço, da habilitação e dos recursos porventura interpostos, respectivas análises e decisões?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto n.º 5.450/05, art. 30, XI, alíneas "a" até "f";</li> <li>• Decreto n.º 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		

Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte  
Secretaria de Controle Interno – SCI

**Lista de Verificação para análise jurídica prévia do pregão eletrônico**

5	O ato de adjudicação e a publicação no DJe constam do processo?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei n.º 8.666/93, art. 38, VII e suas alterações;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE, VI, "a";</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
6	O comprovante da publicação do resultado da licitação consta do processo?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto n.º 5.450/2005, art. 30;</li> <li>• Decreto nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• Resolução nº 011/2016-TCE, VI, "a";</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
7	Os documentos necessários à habilitação (originais ou cópias autenticadas por cartórios competentes ou por servidores da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial) constam do processo?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei n.º 8.666/93, art. 38, XII combinado com o art. 32 e suas alterações;</li> <li>• Decreto n.º 5.450/05, art. 30, X;</li> <li>• Decreto nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
8	Os documentos apresentados pela licitante estavam válidos na data da sessão?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
9	A proposta da licitante declarada vencedora foi assinada por pessoa com poderes para representar a empresa?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		
10	Foi constatada a inexistência de registros indicativos de que a futura contratada esteja apenas com impedimento ou suspensão de licitar com a União e foi verificada a inexistência de registros de inidoneidade (TCU, CGU e CEIS)?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CNJ - Lista de verificação *.</li> </ul>		

LEGENDA: N/A- Não se Aplica

\*Lista de verificação para análise jurídica prévia do pregão eletrônico-fase externa, produzida pelo CNJ em atendimento as recomendações do TCU – Acórdãos nº 2.471/2008 e nº 2.328/2015-P.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte  
Secretaria de Controle Interno – SCI

**Lista de Verificação para análise jurídica prévia do pregão eletrônico**

**LISTA DE VERIFICAÇÃO 9 – ANÁLISE JURÍDICA RECURSOS – PREGÃO ELETRÔNICO (Fase Externa do Processo Licitatório)**  
(Quando Cabível)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_\_

ITEM	QUESTIONÁRIO	BASE LEGAL	SIM NÃO N/A	FOLHA
1	Os autos estão instruídos com recurso, contrarrazões e manifestação fundamentada do pregoeiro?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto nº 5.450/2005, art. 30, XI, “f”;</li> <li>Decreto nº 20.103/2007, art. 28, XI, “f”;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>Portaria nº 274/2005-TJ/RN, no que couber.</li> </ul>		
2	As alegações suscitadas pelo(s) recorrente(s) estão acompanhadas de documentos probatórios dos fatos alegados?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto nº 5.450/2005;</li> <li>Decreto nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>Portaria nº 274/2005-TJ/RN, no que couber.</li> </ul>		
3	Houve necessidade de pronunciamento da(s) unidade(s) de apoio técnico? O(s) pronunciamento(s) está (estão) juntado(s) aos autos?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto nº 5.450/2005;</li> <li>Decreto nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>Portaria nº 274/2005-TJ/RN, no que couber.</li> </ul>		
4	O pregoeiro, em sua manifestação, avaliou todas as razões do(s) recurso(s) e da contrarrazões apresentadas pelos licitantes?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto nº 5.450/2005;</li> <li>Decreto nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>Portaria nº 274/2005-TJ/RN, no que couber.</li> </ul>		
5	A decisão do pregoeiro contém indicação dos fundamentos de fato e de direito?	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto nº 5.450/2005;</li> <li>Decreto nº 20.103/2007, no que couber;</li> <li>CNJ - Lista de verificação *;</li> <li>Portaria nº 274/2005-TJ/RN, no que couber.</li> </ul>		

OBS: N/A- Não se Aplica

\* Lista de verificação para análise jurídica recursos do pregoeiro eletrônico, produzida pelo CNJ em atendimento as recomendações do TCU – Acórdãos nº 2.471/2008 e nº 2.328/2015-P.

**QUESTIONÁRIO 1 - DE CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA**  
**A SER RESPONDIDO PELO AUTOR DO PEDIDO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

LISTA DE VERIFICAÇÃO 1/2 – Contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de cursos de atualização, capacitação e/ou desenvolvimento ou aperfeiçoamento, produzida pelo CNJ em atendimento as recomendações do TCU – Acórdãos nº 2.471/2008 e nº 2.328/2015-P.

ITEM	QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA	SIM NÃO N/A	FOLHA
1	É possível afirmar que é singular a necessidade pública que demanda a contratação do curso?		
2	O conteúdo do curso cuja contratação é pretendida atende adequadamente à necessidade pública identificada pelo demandante da contratação e/ou pelo destinatário dos conhecimentos?		
3	O conteúdo do curso cuja contratação foi requerida é, de alguma forma, singular, especial e/ou diferenciado? Por quê?		
4	É inovador o método utilizado para transmissão de conhecimentos no curso cuja contratação é pretendida? Que elementos, objetivos e/ou subjetivos, estão sendo usados, pelo fornecedor selecionado e/ou pelo demandante da contratação e/ou pelo destinatário dos conhecimentos, para classificar o método de transmissão de conhecimentos como inovador?		
5	O método inovador eventualmente utilizado no curso cuja contratação é pretendida somente pode ser utilizado pelo fornecedor do curso selecionado ou pode ser livremente utilizado e/ou é utilizado por outros fornecedores de cursos?		
6	O sucesso estimado como resultado da transmissão, ao destinatário do conteúdo do curso a ser contratado, depende da atuação do fornecedor/instrutor referido na programação do curso selecionado?		
7	O sucesso previsto como resultado da transmissão, ao destinatário, do conteúdo do curso selecionado, pode ser alcançado mediante atuação de qualquer outro fornecedor/Instrutor devidamente qualificado?		
8	É possível afirmar que o curso selecionado é o único capaz de transmitir os conhecimentos que irão satisfazer à necessidade pública previamente identificada e mensurada?		
9	É possível afirmar que é notoriamente reconhecido no mercado, o fornecedor do curso selecionado? Que elementos, objetivos e/ou subjetivos, fundamentam o reconhecimento, pelo demandante da contratação e/ou pelo destinatário dos conhecimentos, da alegada notoriedade?		
10	Neste órgão, as contratações precedidas de licitação demandam quantidade "X" de tempo (em dias), apurada entre os atos de abertura dos estudos preliminares e os atos de assinatura dos contratos. Existe o risco de prejuízos aos resultados esperados, pelo demandante da contratação e/ou pelo destinatário dos conhecimentos, associado à hipótese de não aquisição do conteúdo do curso selecionado dentro da quantidade "X" de tempo (em dias) referida supra?		
11	Existe na localidade sede do órgão, algum outro idêntico ou similar àquele cuja contratação foi requerida, dentro da quantidade "X" de tempo (em dias), identificada no quesito de número 10?		
12	O destinatário dos conhecimentos a serem obtidos com a contratação do curso selecionado possui alguma necessidade especial (de aprendizagem, dentre outras) que somente possa ser suprida pela atuação de um específico fornecedor/Instrutor?		

Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte  
 Secretaria de Controle Interno – SCI

13	O demandante da contratação e/ou o destinatário dos conhecimentos tem (têm) ciência de que: a) as contratações procedidas de licitação são regra; e b) as contratações diretas (não precedidas de licitação) são exceções à regra que somente podem ocorrer, sob as penas da lei, quando estiver provada a inviabilidade de instauração de competição entre potenciais fornecedores?		
----	--	--	--

## LEGENDA:

- N/A- Não se Aplica;
- Conteúdo comum - é aquele trivial, corriqueiro, "batido", ordinário em uma determinada área de conhecimento e, também por isso, disponibilizado ao mercado por número considerável de fornecedores/instrutores;
- Conteúdo especial - é aquele diferente, anormal, excepcional, disponibilizado ao mercado por um número restrito de fornecedores/instrutores e/ou por apenas um fornecedor/instrutor;
- A singularidade - concerne à invulgaridade do objeto, à especialidade, à especificidade do objeto. Necessidade singular pode ser identificada em situações anômalas, incomuns, que não possam ser adequadamente solucionadas por quaisquer profissionais.

**QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA  
A SER RESPONDIDO PELA UNIDADE DE ATUAÇÃO INSTRUTORA**

**LISTA DE VERIFICAÇÃO 2/2** – Contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de cursos de atualização, capacitação e/ou desenvolvimento ou aperfeiçoamento, produzida pelo CNJ em atendimento as recomendações do TCU – Acórdãos nº 2.471/2008 e nº 2.328/2015-P.

ITEM	QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA	SIM NÃO N/A	FOLHA
1	O demandante da contratação e/ou o destinatário dos conhecimentos preencheu respondeu (responderam) ao Requerimento de participação em Evento Externo/Interno?		
2	O demandante da contratação e/ou o destinatário dos conhecimentos a serem adquiridos respondeu (responderam) ao Questionário de Caracterização da Demanda, apresentaram justificativas, assinaram e dataram o documento no qual foram prestadas as respostas e justificativas?		
3	Os autos estão instruídos com documentos indicativos do conteúdo do curso requerido?		
4	Os autos estão instruídos com currículo detalhado do (s) instrutor (es) do curso cuja contratação foi requerida?		
5	Os autos estão instruídos com documento, produzido pela unidade de atuação instrutora, indicativo da natureza do conteúdo do curso requerido? (o conteúdo do curso é comum ou especial?)		
6	Os autos estão instruídos com documento, produzido pela unidade de atuação instrutora, com recomendação fundamentada para que o conteúdo do curso seja transmitido ao destinatário por um instrutor específico?		
7	Caso o demandante da contratação e/ou o destinatário dos conhecimentos tenha(m) elencado os elementos que caracterizam como singular a necessidade pública (que demanda a contratação) e/ou a solução a ser contratada, os autos estão instruídos com documento (produzido pela unidade de atuação instrutora da contratação) indicativo de que referidos elementos (singularidade da necessidade pública e/ou singularidade da solução destinada ao atendimento daquela necessidade pública) foram examinados (conforme critérios da unidade de atuação instrutora) e julgados válidos para os fins a que se destinam?		
8	Os autos estão instruídos com justificativa produzida pela unidade de atuação instrutora, indicativa da existência de contexto no qual a competição entre potenciais fornecedores é inviável?		
9	Os autos estão instruídos com documentos suficientes à comprovação de contexto no qual a instauração de competição entre potenciais fornecedores é inviável?  a) atestados, certidões e/ou declarações, em havendo pretensão de enquadramento da futura contratação direta com base no caput do artigo 25, da Lei 8.666/1993; e/ou b) declaração/atestado de exclusividade, fornecido pelo órgão/entidade competente, em havendo pretensão de enquadramento da futura contratação direta com base no inciso I, do artigo 25, da Lei 8.666/1993; e/ou c) documentos que caracterizem a notória especialização do fornecedor e/ou do instrutor (atestados, publicações, curriculum, etc.), em havendo pretensão de contratação direta com base no inciso II do artigo 25 c/c artigo 13 da Lei 8.666/1993.		
10	Os autos estão instruídos com documentos hábeis à demonstração de que foi realizada cuidadosa pesquisa de preços e que o preço a ser pago pelo Órgão é compatível com aquele usualmente praticado no mercado?		
11	Caso o preço a ser pago pelo Órgão eventualmente seja superior ao praticado no mercado, os autos foram instruídos com justificativa fundamentada da opção?		

12	A instrução do feito observou as orientações contidas nas diversas normas internas ao Órgão?		
13	Os autos contêm documento hábil à demonstração de que a unidade de atuação instrutora avaliou, sob critérios objetivos, a relação de compatibilidade entre o objeto da futura contratação e as atribuições do destinatário dos conhecimentos que poderão ser adquiridos?		
14	Os autos estão instruídos com documentos suficientes à prova de regularidade do possível futuro fornecedor a ser contratado junto à Fazenda Pública (Federal, Estadual, Distrital), INSS, FGTS e à Justiça do Trabalho?		
15	Os autos estão instruídos com cópia do ato constitutivo do possível futuro fornecedor?		
16	Na hipótese de celebração de contrato, os autos estão instruídos com documento que prove os poderes do representante do possível futuro fornecedor?		
17	Os autos estão instruídos com informação acerca da existência de disponibilidade orçamentária?		

LEGENDA: N/A- Não se Aplica.